



N.º 4 | Dezembro 2023

Dossiê Temático:

Intervenção comunitária e desenvolvimento metropolitano: Propostas renovadas, princípios de sempre

CADERNOS IS-UP

CADERNOS DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DO PORTO, 4

Dossiê Temático:

Intervenção comunitária e
desenvolvimento metropolitano:
Propostas renovadas, princípios
de sempre

2023

Ficha Técnica

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Título: Cadernos IS-UP – Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (N.º 4, 2023)

Direção: Lúgia Ferro, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)

Coordenação editorial: Maria João Oliveira (FLUP e IS-UP).

Equipa editorial: Eduardo Silva (FLUP); Inês Barbosa (IS-UP); João Teixeira Lopes (Departamento de Sociologia da FLUP e IS-UP)

Assistência editorial: Beatriz Lacerda

Dossiê Temático: Intervenção comunitária e desenvolvimento metropolitano: propostas renovadas, princípios de sempre

Organizadores: João Queirós (ESE-P. PORTO e IS-UP) e Maria João Oliveira (FLUP e IS-UP)

Conselho Editorial Nacional

Ana Brandão, Universidade do Minho

Ana Paula Marques, Universidade do Minho

António Firmino da Costa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dalila Cerejo, Universidade Nova de Lisboa

Fernando Bessa Ribeiro, Universidade do Minho

João Filipe Marques, Universidade do Algarve

Karin Wall, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Luís Baptista, Universidade Nova de Lisboa

Luísa Veloso, ISCTE-IUL

Madalena Ramos, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Nuno Jerónimo, Universidade da Beira Interior

Paula Abreu, Universidade de Coimbra

Paulo Peixoto, Universidade de Coimbra

Pedro Abrantes, Universidade Aberta e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Sandra Mateus, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Vítor Sérgio Ferreira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Conselho Editorial Internacional

Apostolos Papadoupolos, Harokopio University, Atenas, Grécia

Heitor Frúgoli Jr., Universidade de São Paulo, Brasil

Julia O'Donnel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Luciana Andrade, PUC Minas, Brasil

M. Victoria Gómez, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha

Marta Soler Gallart, Universitat de Barcelona, Espanha

Marta Smagacz-Poziemska, Jaggielonski University, Cracóvia, Polónia

Sari Hanafi, American University of Beirut, Líbano

Teresa Consoli, University of Catania, Itália

Thomas Faist, Universität Bielefeld, Alemanha

Victoria Alexander, Goldsmiths, University of London, Reino Unido

Yasmine Siblot, Université Paris 8, França

PUBLICAÇÃO BIANUAL

URL: https://ojs.letras.up.pt/index.php/%20Cadernos-ISUP_1

Edição: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

ISSN: 2975-8033

DOI: <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad4>

Design Capa: Jorge Almeida

Design e Paginação: José Teixeira

Data: dezembro de 2023

Local de Edição: Porto

Suporte: Eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/00727/2020

SUMÁRIO

Editorial

Lígia Ferro, João Teixeira Lopes, Inês Barbosa e Eduardo Silva

ARTIGOS

Intervenção comunitária e desenvolvimento metropolitano: propostas renovadas, princípios de sempre – um dossiê

João Queirós e Maria João Oliveira

Participação e Cidadania: O caso das práticas artísticas participativas e comunitárias

Hugo Cruz

Sinais, marcas e encontros. Trajetos e interseções entre as artes, a participação-ação e a investigação

Paula Guerra

Olhares que ampliam vozes: experiências de Fotovoz em pesquisa com jovens

Ana Garcia

Comunidades criativas para a inclusão digital: laboratórios de políticas e práticas territorializadas para a inclusão digital

Sofia Marques da Silva

“Sou Bairrista”: criação de vídeo-narrativas sobre e com as pessoas habitantes do Bairro Herculano

Inês Moura

EDITORIAL CADERNOS IS-UP | 4

Dossier temático Intervenção comunitária e desenvolvimento metropolitano: propostas renovadas, princípios de sempre [PT]

Lígia Ferro, João Teixeira Lopes, Inês Barbosa e Eduardo Silva
Comissão Editorial

Os Cadernos do Instituto de Sociologia já vão no seu quarto número, que agora muito nos apraz apresentar aos leitores no final de 2023. O dossier temático intitulado *Intervenção Comunitária e Desenvolvimento Metropolitano: Propostas Renovadas, Princípios de Sempre*, foi proposto por Maria João Oliveira e João Queirós, dois investigadores dinâmicos do IS-UP que participaram na conceção do *Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas*, que a Área Metropolitana do Porto (AMP) promoveu com financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Instituto de Sociologia da Universidade do Porto tem dado provas do seu envolvimento institucional na promoção da ciência cidadã, nomeadamente através da promoção de projetos, eventos e espaços de debate, das quais a *Conferência Pensar a Ciência Cidadã* (29 de setembro de 2022) ou o *Encontro Nacional de Ciência Cidadã* (25-26 Novembro de 2021) são bons exemplos. Sabemos que a participação de todos os atores da sociedade na produção e mobilização do conhecimento científico é uma condição *sine qua non* do sucesso dos processos de tomada de decisão e das políticas públicas. Este dossier surge no seguimento do trabalho que o IS-UP tem feito neste domínio, dando contributos importantes para pensar a intervenção comunitária como motor do desenvolvimento local à escala metropolitana. Depois de analisada a proposta, a Comissão Editorial dos Cadernos IS-UP aceitou apoiar este projeto, tendo em conta o seu enquadramento na estratégia na Unidade de I&D, a sua qualidade e a sua mais-valia para a continuidade do trabalho integrado que tem vindo a ser feito.

Num contexto de policrise, em que diversas perturbações e riscos atingem indivíduos, coletivos e sociedades, torna-se cada vez mais importante envolver cientistas, decisores, técnicos e cidadãos na produção e disseminação do conhecimento produzido sobre a realidade social. Mobilizar a participação e a cidadania neste processo de co-produção afigura-se como uma tarefa obrigatória. O Dossier organizado por Oliveira e Queirós coloca à discussão uma série de contributos teóricos, metodológicos e empíricos para desenharmos intervenções que se afiguram necessariamente de carácter *glocal*, pois implicam uma articulação intensa de escalas, e nas quais a co-responsabilização de todos os intervenientes é fundamental.

Neste Dossier poderemos encontrar textos em português da autoria de investigadores e investigadoras com formações disciplinares diversas

no campo das Ciências Sociais e Humanas. A riqueza das reflexões suscitadas pela sua leitura advém do conjunto dos temas, objetos, metodologias e resultados que autores/as oriundos de tradições disciplinares diferentes colocam em diálogo, apontando caminhos para propostas renovadas em torno da intervenção comunitária e do desenvolvimento metropolitano.

Os Cadernos IS-UP dão o seu contributo publicando o Dossiê em regime de acesso aberto, esperando que estas reflexões possam chegar a todos e todas que por elas se interessem. Continuamos a dar o nosso modesto contributo para uma ciência aberta, em que o acesso à publicação e à leitura é considerado um direito básico dos cidadãos e o caminho certo para perseguir a justiça social.

Aproveitamos a oportunidade para desejar a todas/os as/os nossas/os leitoras/es um excelente Ano Novo de 2024 na companhia dos Cadernos IS-UP!

EDITORIAL CADERNOS IS-UP | 4

Special Issue Community intervention and metropolitan development: new proposals, same old principles [ENG]

Lígia Ferro, João Teixeira Lopes, Inês Barbosa e Eduardo Silva
Editorial Board

Cadernos do Instituto de Sociologia is now in its fourth issue, which we are delighted to present to readers at the end of 2023. The thematic dossier entitled *Community Intervention and Metropolitan Development: Renewed Proposals, Same Old Principles*, was proposed by Maria João Oliveira and João Queirós, two very dynamic IS-UP researchers who took part in designing the *Action Plan for Disadvantaged Communities*, which the Porto Metropolitan Area (AMP) promoted with funding from the Recovery and Resilience Plan (PRR).

The Institute of Sociology of the University of Porto has demonstrated its institutional involvement in promoting citizen science, namely by promoting projects, events and spaces for debate, of which the *Thinking Citizen Science* (29 September 2022) or the *National Citizen Science Meeting* (25-26 November 2021) are good examples. We know that the participation of all actors in society in producing and mobilising scientific knowledge is a sine qua non for the success of decision-making processes and public policies. This dossier follows the work that IS-UP has been doing in this area, making significant contributions to thinking about community intervention as a driving force for local development on a metropolitan scale. After analysing the proposal, the Editorial Board of Cadernos IS-UP agreed to support this project, considering its fit with the strategy of the R&D Unit, its quality and its added value for the continuity of the integrated work that has been carried out.

In a context of polycrisis, in which various disturbances and risks affect individuals, collectives and societies, it is becoming increasingly important to involve scientists, decision-makers, technicians and citizens in producing and disseminating the knowledge produced about social reality. Mobilising participation and citizenship in this co-production process is a mandatory task. The dossier organised by Oliveira and Queirós discusses a series of theoretical, methodological and empirical contributions to designing interventions that are necessarily *glocal* in nature, as they involve an intense articulation of scales, and in which the co-responsibility of all those involved is vital.

In this dossier, the reader will find texts in Portuguese by researchers with different disciplinary backgrounds in Social Sciences and Humanities. The richness of the reflections raised by reading them comes from the range of themes, objects, methodologies and results that authors from different disciplinary traditions put into dialogue, pointing the way

to renewed proposals around community intervention and metropolitan development.

Cadernos IS-UP is contributing by publishing the dossier on an open-access basis, hoping these reflections can reach everyone interested. We continue to make our modest contribution to open science, in which access to publishing and reading is considered a fundamental right of citizens and the right way to pursue social justice.

We take this opportunity to wish all our readers an excellent New Year 2024 in the company of Cadernos IS-UP!



INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO: PROPOSTAS RENOVADAS, PRINCÍPIOS DE SEMPRE – UM DOSSIÊ

João Queirós
ESE-P. PORTO / Universidade do Porto

Maria João Oliveira
Universidade do Porto

Investigação, intervenção comunitária, desenvolvimento metropolitano

Este número especial dos Cadernos IS-UP resultou da participação de uma pequena equipa do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) no processo de conceção das operações integradas incluídas no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas, que a Área Metropolitana do Porto (AMP) concebeu e promove com financiamento do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (“Componente 3 – Respostas Sociais”)¹.

No quadro das atividades de assessoria técnico-científica desenvolvidas pela equipa do IS-UP, cujo propósito geral foi o de apoiar e qualificar o desenho e estruturação das intervenções a desenvolver pelos municípios da AMP nos territórios por si previamente identificados como “comunidades desfavorecidas”, houve lugar à participação na conceção e organização de um ciclo de webinars destinado ao enquadramento temático e conceitual e à capacitação de responsáveis político-institucionais e pessoal técnico das Câmaras Municipais acerca dos princípios e melhores práticas de que hoje pode revestir-se a intervenção comunitária em territórios metropolitanos. As contribuições incluídas neste dossiê correspondem a algumas

das intervenções acolhidas neste ciclo de sessões temáticas, havendo também nelas espaço para a integração de perspetivas e ilustrações práticas que, não tendo sido objeto de apresentação e discussão naquele âmbito, permitem complementar e reafirmar o respetivo intuito.

Os textos selecionados cobrem domínios e áreas de atuação como as que se referem à inclusão social e cultural de jovens, à educação para a cidadania, à revalorização e afirmação de identidades locais, à capacitação e inclusão digitais. Como evidenciará a leitura de cada um dos cinco artigos que, para além deste, compõem o presente número especial dos Cadernos IS-UP, os focos selecionados são diversos, os contextos abordados são distintos e as metodologias de intervenção descritas e discutidas são diversificadas. Mas o que resulta como mais evidente da leitura conjunta das reflexões reunidas neste volume é a valorização que nelas é feita, de forma mais ou menos explícita, de alguns princípios fundamentais estruturadores de uma intervenção comunitária capaz de assumir-se como elemento-chave da promoção do desenvolvimento local e, enfim, do reforço da coesão do tecido social metropolitano.

Desde logo, a convicção de que a intervenção comunitária não pode nunca dispensar a produção, apropriação e mobilização de conhecimento detalhado sobre as pessoas e os contextos que visa – conhecimento construído nos quadros de expressão da vida quotidiana, com base nos saberes, perspetivas e experiências dos atores, mas validado de forma sistemática com recurso aos protocolos e procedimentos da investigação científica e partilhado entre todos os agentes implicados.

Depois, a centralidade conferida à participação, entendida enquanto dimensão central da cidadania democrática. Participação de todas as pessoas, independentemente das respetivas idades e condições, em todos os locais e momentos e em todos os processos inerentes à intervenção, desde a respetiva conceção à avaliação final e à reconfiguração dos caminhos a selecionar e a percorrer ulteriormente.

Nas linhas ou entrelinhas destes textos, fica igualmente clara a compreensão da importância da intervenção a diferentes escalas. Afastando-se

1 Projeto FLUP/PS-CPS/2022-78821, *Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto – Assessoria Técnico-Científica*, financiado pela JPQ Consultores, para a Área Metropolitana do Porto. Cf. AMP (2021).

da ingenuidade que significaria conceber o quadro local como origem e destino únicos do percurso investigativo e interventivo, as experiências relatadas e as propostas avançadas nos artigos que se seguem conhecem as relações íntimas e complexas que ligam a realidade (micro)local ao quadro (macro)global, através da ação mediadora da dimensão (meso)contextual e institucional, e compreendem que o que acontece no espaço-tempo concreto da intervenção é, em larga medida, determinado por lógicas e fatores que o transcendem, pressupondo, portanto, atuação multiescalar coordenada. O que não significa – como os autores e as autoras destes textos seguramente confirmariam – desconsiderar o potencial de mudança individual e coletiva contido na intervenção realizada na escala micro – a escala em que a vida de todos os dias acontece e em que os futuros possíveis podem, afinal, ser (re)construídos.

Da leitura destes textos chegam ainda ecos da reafirmação da indispensabilidade do envolvimento e da responsabilização de todas as partes implicadas nos projetos, desde os responsáveis político-institucionais às populações que se pretende que construam caminhos de contraversão das respetivas situações de desfavorecimento material e simbólico, passando pelos profissionais da intervenção social, cultural e educativa. Neste ponto, talvez possa colocar-se a questão das possibilidades, e até da legitimidade, da solicitação do envolvimento e responsabilização das pessoas – nestes casos, sintomaticamente designadas como “destinatárias” ou “beneficiárias” – em “programas” e “operações” em cuja conceção e estruturação não foram implicadas. Igualmente problemática é, neste âmbito, a reunião de garantias, pelas populações locais, de que as determinações e caminhos de desenvolvimento por si delineadas e abertas ao cabo dos projetos em que se envolvem são assumidas, viabilizadas e prosseguidas pelo pessoal técnico e pelos responsáveis político-institucionais, sustentando-se dessa forma processos de mudança efetiva e perene. São problemas de envolvimento e responsabilização que afetam, muito em especial, os programas e intervenções pressionados por calendários de execução física

e financeira apertados, e com arquitetura prévia e heteronomamente determinada – mas problemas que, assumindo o risco do jogo de palavras, só com mais implicação, mais envolvimento, mais transparência e mais responsabilização cruzada podem ser ultrapassados.

Conhecimento validado e partilhado, participação cidadã, interação e atuação multiescalar, coresponsabilização: eis alguns princípios que, longe de configurarem “inovações” – eles são, afinal, princípios de sempre – , podem apoiar uma renovação das práticas da intervenção comunitária promovida em prol do desenvolvimento e da coesão social e territorial.

Do contexto aos textos

Muitas são as formas pelas quais a investigação científica pode dialogar com a sociedade e atuar sobre as suas estruturas e propriedades. Da investigação-ação às múltiplas práticas de participação ativa dos cidadãos em atividades científicas – no âmbito daquilo a que hoje se chama “ciência cidadã” – , é vasto o espaço de possibilidades ao dispor de uma conceção de investigação desenvolvida de forma mais inclusiva, participada e democrática (Oliveira & Queirós, 2022).

Para além de possibilitarem a reflexão e a aprendizagem a propósito de princípios e experiências de investigação e intervenção em contexto comunitário, os textos incluídos neste dossiê constituem relatos de encontros de natureza e intensidade muito diversas, mas sempre construídos de forma consciente e explícita, entre esferas tantas vezes dissociadas – a academia, o organismo público, a instituição social, a comunidade e os seus grupos e organizações. A exploração de casos práticos permite evidenciar possibilidades e desafios dos caminhos metodológicos escolhidos para a concretização de tais encontros, mas também discutir o tipo e o nível de participação cidadã almejados e efetivamente alcançados e os modos como conhecimento científico e intervenção podem articular-se – quer (e isso é o mais importante) na construção de processos de tomada de decisão, quer, por outro lado, na eventual promoção

da cultura científica e na disseminação dos seus valores e princípios pelo conjunto da sociedade.

São cinco os textos que compõem o dossiê incluído neste número dos Cadernos IS-UP.

O primeiro, da autoria de Hugo Cruz, intitulado “Participação e Cidadania: O caso das práticas artísticas participativas e comunitárias”, abre caminho a uma reflexão geral sobre a importância da participação em processos de promoção do desenvolvimento local e comunitário, nas suas diferentes dimensões, procurando especificar essa reflexão com recurso a um conjunto de exemplos nacionais e internacionais de projetos de intervenção de cariz cultural e artístico. O autor começa por enquadrar teoricamente o conceito de participação, para depois discutir como esta pode ser potenciada, com inevitáveis consequências positivas para os envolvidos e suas comunidades. Chamando a atenção para o facto de o modelo participativo não garantir, por si só, o sucesso da ação, Hugo Cruz elenca um conjunto de princípios que podem ser seguidos para assegurar a qualidade e eficácia dos processos.

Segue-se um artigo da autoria de Paula Guerra, intitulado “Sinais, marcas e encontros: Trajetos e interseções entre as artes, a participação-ação e a investigação”. Focado na problemática da exclusão social de certos segmentos da população juvenil, o artigo propõe um “roteiro teórico-empírico” em torno do papel das estratégias metodológicas de investigação e intervenção de base artística, que a autora considera que não só contrariam a clássica (e persistente) divisão entre teoria e trabalho empírico, como potenciam os resultados da intervenção em contexto. A ilustração dos argumentos é feita com recurso à exploração de três projetos que combinam sociologia e arte em prol da inclusão social de jovens provenientes de territórios identificados como desfavorecidos económica e culturalmente.

Articulando-se com esta linha de reflexão, o artigo “Olhares que ampliam vozes: experiências de Foto-voz em pesquisa com jovens”, da autoria de Ana Dias Garcia, explora as potencialidades do “Foto-voz” enquanto método artístico-criativo de intervenção junto de jovens em situação de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que discute a natureza

da pesquisa participativa enquanto processo de coconstrução de conhecimento científico. A experiência de trabalho que este artigo detalha, resultante de uma investigação de doutoramento em ciências da educação, suscita o aprofundamento da discussão em torno do conceito de participação (de jovens), permitindo também repensar a investigação(-ação) enquanto exercício de (re) construção de cidadania.

O artigo de Sofia Marques da Silva, intitulado “Comunidades criativas para a inclusão digital: laboratórios de políticas e práticas territorializadas para a inclusão digital”, salta da esfera artística para a esfera tecnológica, mas sem perder de vista os conceitos de participação e cidadania. No artigo, cujo argumento se suporta na longa experiência de investigação da autora nos domínios da educação e das metodologias de investigação e intervenção socioeducativa, são apresentados o conceito e a metodologia de trabalho das “comunidades criativas para a inclusão digital”, grupos de aprendizagem e capacitação intergeracionais apostados na promoção da autonomia, da cidadania e do desenvolvimento social por via do reforço de competências e da inclusão digital.

Com um foco essencialmente micro e intensivo, o artigo de Inês Santos Moura discute as virtualidades do uso da pesquisa audiovisual participativa, de cariz antropológico, na coprodução de conhecimento e na perspetivação da mudança social. Intitulado “Sou Bairrista”: criação de vídeo-narrativas sobre e com as pessoas habitantes do Bairro Herculano”, o texto resulta de uma investigação de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais e apresenta um conjunto de narrativas de moradores de uma vetusta comunidade local da cidade do Porto. Da pesquisa a que o texto se refere, resultaram nove vídeo-narrativas, a criação de um web-documentário sobre o bairro e uma importante reflexão sobre a génese partilhada de significados, representações e perspetivas sobre o passado, o presente e o futuro da comunidade.

Referências Bibliográficas

- Área Metropolitana do Porto [AMP] (2021). Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Porto: AMP/JPQ Consultores. Disponível online em: http://portal.amp.pt/media/documents/2022/01/28/PACD_AMP_Aprovado.pdf (acedido em julho de 2023).
- Oliveira, M. J., & Queirós, J. (2022). "Da ciência social à ciência social cidadã: contributos para a problematização de um conceito". Working Papers IS-UP, n.º 95, 16 pp. Disponível online em: <https://isociologia.up.pt/bibcite/reference/1162> (acedido em julho de 2023).

João Queirós Sociólogo. Licenciado e doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investigador Colaborador do inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação, na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Desde 2019, desempenha funções enquanto Subcoordenador do Grupo de Projeto do PIAAC em Portugal.

Maria João Oliveira Socióloga. Licenciada e doutorada em Sociologia – especialização em Desigualdades, Cultura e Territórios – pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigadora Auxiliar no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), em funções de gestão de ciência.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 15 de dezembro de 2023.



PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: O CASO DAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PARTICIPATIVAS E COMUNITÁRIAS¹

Hugo Cruz
Universidade do Porto / Universidade de Évora

Resumo

Elemento fundacional da cidadania, a participação constitui-se como um desafio na construção de comunidades e sociedades mais fortes e democráticas. Neste texto, parte-se da exploração das diferentes dimensões do conceito de participação, evidenciando-se os aspetos que contribuem para a sua qualidade, focando no caso específico das práticas artísticas participativas e comunitárias. São apresentadas as características do conceito de participação e alguns dos principais modelos teóricos, que permitem acompanhar o modo como se desenvolvem os processos e as condições a equacionar para incentivar a participação. Entendida como um exercício contínuo e processual, assente na reflexão crítica e na diversidade, apresenta-se, sinteticamente, a investigação existente nesta área, assim como os dispositivos e estratégias promotores da qualidade das experiências participativas, procurando responder à questão: Como potenciar a participação? O mesmo exercício é feito relativamente ao conceito de participação cultural e artística. Por fim, são apresentados exemplos de projetos artísticos em diferentes partes do mundo que recorrem a estas práticas.

Palavras-chave: Participação, cidadania, práticas artísticas participativas e comunitárias, qualidade da participação.

PARTICIPATION AND CITIZENSHIP: THE CASE OF PARTICIPATORY AND COMMUNITY ARTISTIC PRACTICES

Abstract

A foundational element of citizenship, participation constitutes a challenge in building stronger and more democratic communities and societies. This text starts by exploring the different dimensions of the concept of participation, highlighting the aspects that contribute to its quality, and focusing on the specific case of participatory and community art practices. Main theoretical models, which make it possible to monitor how the processes and conditions be equated to encourage participation are developed. Understood as a continuous and procedural exercise, based on critical reflection and diversity, the existing research in this area is briefly presented, as well as the devices and strategies that promote the quality of participatory experiences, seeking to answer the question: How to enhance participation? The same exercise is done concerning the concept of cultural and artistic participation. Finally, examples of artistic projects in different parts of the world that use these practices are presented.

Keywords: Participation, citizenship, participatory and community artistic practices, quality of participation.

¹ Este texto resulta da transcrição de algumas partes do webinar de Hugo Cruz com o mesmo título realizado no âmbito do Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana (PACD AMP). Neste sentido é um discurso oral adaptado a um texto escrito com todas as alterações que esse processo implica. Transcrição de Inês Coelho e revisão do texto de Ana Luísa Castelo e Sofia Guichard.

Breve introdução

Falar de participação e de cidadania é falar de características eminentemente humanas. E é exatamente por aí que devemos começar. No essencial, a nossa expressão própria passa pela ação participativa, por assumir uma voz ativa relativamente à construção das nossas realidades e vidas. A relação entre participação e cidadania é intrínseca. Na verdade, quando falamos de cidadania falamos de uma forma de estar e ser de cidadãos/cidadãs que estão conectados com uma organização social, com uma comunidade. Deste ponto de vista, a participação é um dos pilares fundamentais da cidadania e desta organização. É através da participação que garantimos a prática e o lugar de concretização do ser humano. Ou seja, é nos atos que se concretiza o participar com as/os outras/os, enquanto iguais, e também nas palavras, na cidade, sustentando a liberdade e uma vida comum (Arendt, 2000; Pocok, 1995).

A participação não é, por isso, uma invenção recente, acompanha-nos desde há muito. No entanto, no aqui e agora, e perante as fragilidades das democracias o que podemos reinventar nas sociedades atuais relativamente ao ato participativo?

Características dos processos participativos

Para participar são necessários cidadãos e cidadãs. Na linha desta ideia, Augusto Boal no dia 27 de Março de 2009 – Dia Mundial do Teatro – preferiu a frase lapidar: “Ser cidadã e cidadão não é viver em sociedade, é transformá-la.” Esta missão e este dever que é, em simultâneo, também um direito a um papel ativo na transformação das nossas comunidades é o que permite construir cidadania (Hart, 1992).

A participação implica partilha de responsabilidades e compromissos que sustentem a construção de soluções inerentes a essa transformação em processos de tomada de decisão que devem ser reconhecidos pelo contexto social, respeitando e reconhecendo os direitos políticos e cívicos dos

cidadãos/ãs, independentemente das suas diferenças (Sullivan & Transue, 1999).

A tomada de decisão partilhada é, assim, um elemento nuclear na dinâmica de um grupo humano, cuja natural heterogeneidade convoca necessariamente diferenças, conflitos, divergências. É nesse diálogo e nesse confronto, que, muitas vezes se quer evitar, preferindo decisões consensuais, pacíficas, que permitam avançar com mais rapidez, e que se atropela, frequentemente, o tempo que é necessário a estes processos.

É fundamental entender que a tomada de decisão partilhada não corresponde necessariamente à ideia de que alguém “ganhou” a discussão, numa perspectiva competitiva de tomada de decisão, mas antes que, quando se constrói uma decisão partilhada, conseguem-se trazer várias propostas, várias possibilidades que emergiram da discussão. E, portanto, a opção encontrada, e que é a opção final, não é, na maior parte dos casos a proposta que individualmente foi avançada. Assim é essencial perguntar: como se pode gerar identificação com a opção final mesmo que esta não traduza a proposta individual inicial? Esse é um dos grandes desafios da participação numa realidade pautada pelo individualismo. Tal como acontece na democracia representativa, em que os resultados de uma eleição não são apreciados do mesmo modo por todos os que votaram, também aqui na democracia participativa se coloca o desafio de nos tentarmos encontrar na solução coletiva participando na sua construção ativamente. Tal está longe de ser simples, porque somos orientados, exatamente, para fazer o contrário: fazer a minha ideia ganhar. Por isso, é imperativo olhar para o trabalho participativo como um exercício contínuo e quotidiano.

É justamente pela diversidade de sujeitos e de possibilidades de escolha, que é fundamental que a participação seja voluntária, potenciadora de uma expressão própria e não inibidora da mesma – orientada para todas/os, tendo em perspectiva que estas decisões, estes processos, têm consequências, nas nossas vidas quotidianas. Se percebermos que alguém está constantemente a decidir por nós, tendemos a participar menos porque sentimos que a nossa participação não é

eficaz (Lawy & Biesta, 2006). São vários os elementos fundamentais da participação, desde logo os recursos a mobilizar e o investimento a fazer para participar (Vivien, Lawrence, & Gerry, 2006). E tal pressupõe, algum benefício e algum retorno que atuam como estímulo para os participantes, fazendo-os sentir que existe reciprocidade. É com base nesta reciprocidade que se conseguem construir redes e, de alguma forma, comunidades mais fortes, o que acarreta partilha e redistribuição de poder e controle. Para isso, é essencial um diálogo entre a democracia representativa e a participativa, perspetivando a participação direta dos cidadãos como um contributo essencial, como uma responsabilização relativamente às decisões tomadas. É essencial que sejam perceptíveis a influência e as consequências que decorrem da participação, ainda que, em determinados momentos, elas possam não ser consensuais. Deve ainda questionar-se o que existe na participação que nos permite conhecer, que nos permite evoluir e desenvolver competências. Participar é, acima de tudo, tomar parte, comprometermo-nos, partilhar e, claro, comunicar. Daí que seja necessário questionar a capacidade de nos associarmos enquanto pessoas e de nos entendermos nessa associação, na definição de objetivos comuns. Tudo isso implica ação. Não podemos participar apenas com narrativas de como deveria ou poderia ser, mas, agindo nos nossos quotidianos. A participação não é imediata, pontual, unívoca, mas sim gradual e contextual, devendo entender-se como uma experimentação, um exercício para aprendermos, de alguma maneira, também a participar (Ventosa, 2001).

Deste ponto de vista, é necessário questionar o a priori de que as pessoas não participam, não se envolvem, não têm interesse. A questão deverá ser antes: como é que se convida ao exercício de participação?

É impossível falar de participação, sem atendermos à conjuntura atual, agravada por uma situação de pandemia, que exigiu respostas nas e das comunidades de uma forma mais direta. O que vivemos hoje é, possivelmente, um momento de transição para outra realidade que convoca outros modos de estar e ser. Só que, neste momento, ainda não sabemos que forma esta vai tomar. E

é por isso, que a participação é central na construção dessa outra realidade para que aconteça com o envolvimento das pessoas, garantindo-se a qualidade da participação das cidadãs e dos cidadãos. Trata-se de um momento desafiante, para a concretização de mudanças estruturais. No entanto, a participação não pode ser entendida como uma “panaceia” para a resolução de todos os problemas e fragilidades das democracias atuais. A este respeito alguns autores falam da «tirania da participação» (Ellsworth, 1989) e do «pesadelo da participação» (Miessen, 2010). Curiosamente, somos consecutivamente convocados a participar. Recorrendo a exemplos mais imediatos, o programa da manhã é feito com base numa suposta participação dos telespectadores, assim como o Big Brother. Acontece que a maior parte destas configurações participativas são ilusórias. É feito um convite a participar, mas a margem de participação é muito limitada, e muitas vezes nula. Ativando outro exemplo, quando se planeiam, implementam, tomam decisões no contexto das políticas locais, se as pessoas são convidadas a fazer parte de um processo em que tudo já está decidido e em que são consultadas relativamente a decisões que já estão tomadas, ainda que de forma bem-intencionada, isso pode contribuir para que se afastem, uma vez que não há consequências concretas do seu envolvimento.

Neste cenário é clara a necessidade de imaginação cívica e política para repensar configurações participativas convencionais, modos de vida e produção num equilíbrio entre democracia representativa e participativa.

Modelos clássicos da participação

A participação na vida política social, educativa e cultural é um direito consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa. Este é o ponto de partida para se explorar de forma sucinta os modelos clássicos da participação.

O Modelo da Escada de Participação, adaptado de Arnstein (1969), foi desenvolvido com base num programa de regeneração urbana e combate

à pobreza dos Estados Unidos da América, nos anos 60 e 70 [século XX]. Este modelo propõe uma escada que tenta organizar visualmente como é que a participação se pode desenvolver. Assim, os dois primeiros degraus: a «manipulação» e a «terapia», a que podemos chamar de uma «situação de não-participação», correspondem a uma participação ilusória. As pessoas são convidadas para processos onde as coisas estão decididas à partida.

Num segundo bloco - «informação», «consulta» e «pacificação» - há apenas uma aceitação pública das decisões que já estão tomadas. Ou seja, continuam as decisões a serem tomadas pelas instituições, no entanto elas são dialogadas e explicadas. E, obviamente, neste sentido evolutivo, os degraus que correspondem ao «poder delegado» ou de «controlo do/a cidadão/ã». Aqui falamos de um controlo total ou partilhado, de planeamento e de implementação da decisão relativamente às soluções que são encontradas.

Será um exercício interessante tentar entender em que degraus é que situamos a nossa prática profissional, relativamente ao processo que estamos a vivenciar? E talvez isso contribua para explicar as dificuldades e os obstáculos sentidos, bem como as forças encontradas. Claramente, o último degrau não é o patamar mais frequente quando se vivenciam processos desta natureza, mas é importante tê-lo como meta, como objetivo a não perder de vista.

O modelo «Clear» (Lowndes, Pratchett & Stoker, 2006) esclarece as condições que devem estar presentes para que as pessoas participem, remetendo essencialmente para cinco dimensões: «interesse», «capacidade», «possibilidade», «motivação» e «impacto». As pessoas participam quando têm recursos apropriados e o desafio é ótimo. Ou seja, as propostas feitas às pessoas sejam estimulantes, inovadoras, que as mobilizem, mas, que sejam tão exigentes face ao que estão habituadas, que as paralisem e as desmotivem de participar no processo de decisão. Este modelo dá também crucial importância à dimensão instrumental: as pessoas têm as condições necessárias para participar? Acedem ao lugar para onde se convida a participarem? Têm transportes públicos

para isso? Têm com quem deixar os/as filhos/as? Podem levá-los para participar nestes espaços? Que horários são estes? É uma família monoparental? Pensar em processos que gostaríamos que fossem mais participados sem pensar nestas questões pragmáticas pode comprometer, à partida, o seu sucesso.

Então, como potenciar a participação?

As propostas devem ser mais centradas nas potencialidades das comunidades e das pessoas e muito menos nas suas dificuldades, nas suas lacunas, naquilo que elas não conseguem fazer. Deslocar o discurso da negatividade “as pessoas não participam”, “as pessoas não se interessam” para um discurso crítico, tentando perceber, “porquê é que as pessoas não participam?”.

Envolver as pessoas nas fases iniciais dos processos e não apenas no meio ou no final dos mesmos, é fundamental. Isso pressente-se, é intuído, está nas entrelinhas quando os convites à participação são feitos. Gerar espaços de debate e de partilha de informação, recorrendo a um vocabulário acessível, próximo das palavras que as pessoas usam, das suas ideias. Explicar, voltar a explicar por outras palavras e construir um significado para aquilo que se está a discutir em conjunto. Frequentemente, utiliza-se uma linguagem demasiadamente técnica, que não chega às pessoas, que não é a que utilizam para discutir os problemas quotidianos e as soluções para as suas comunidades.

O envolvimento das pessoas significativas das comunidades é também importante, mas não deve cingir-se a parceiros formais e informais. Há pessoas que são significativas para as comunidades, mas que são simultaneamente obstáculos à mudança. E, portanto, é necessário ter a capacidade de conseguir ouvir também os/as “invisíveis” - aqueles que não têm espaço para se exprimirem. Isso obriga a estar de forma informal na comunidade, frequentar o café local, ir à mercearia, conversar, aos lugares que fazem uma comunidade. Aí, vamos encontrar pessoas que têm uma perceção daquilo que acontece na comunidade que não é, muitas vezes, coincidente quer com a visão

institucional, quer com a daqueles que são os mais obviamente identificados como significativos.

Finalmente, a existência de elementos externos, distanciados, com um outro olhar, não diretamente envolvidos, quer do ponto de vista emocional, quer racional e devolver isso às comunidades, aos grupos. A ativação deste outro olhar pode dar um contributo crucial ao desenvolvimento destes processos.

Qualidade da Participação

A qualidade de participação, conceito fundamental nesta discussão, significa criar dispositivos e estratégias que permitam encontrar uma participação responsável, de compromisso nos processos de tomada de decisão, mais próximos dos princípios democráticos e de cidadania. O que a investigação sugere é que não é suficiente o critério da quantidade de experiências participativas. A questão fundamental é a qualidade desta participação (Ferreira, Azevedo & Menezes, 2012) e, por isso, arriscarem-se processos participativos que são despolitizados, em que as pessoas servem para validar o que já está decidido, é algo que terá resultados, impactos negativos relativamente à autonomia dos indivíduos e das comunidades.

Outra ideia que os estudos referem é a de que a participação gera participação, i.e., pessoas com experiências de participação, que perceberam como eficazes ao longo do seu percurso de vida, tendencialmente, participam mais (Putnam, 1995). Existe ainda a ideia de que a participação é sempre boa e positiva, que é válida em si mesma. Os estudos relativos a diferentes experiências participativas sublinham que há práticas que não só não fazem bem, como podem ter impacto negativo nas comunidades, gerando conflitos ou desconfiança relativamente à sua relação com as instituições públicas, por exemplo (Coimbra, 2012; Menezes, 2003). Portanto, a ideia de que se pode avançar inocuamente para um projeto participativo é uma ideia perigosa. Daí que seja preferível fazer com, em vista na sustentabilidade dos processos, criando dispositivos e estratégias de

participação que sigam o seu caminho próprio nas comunidades.

Para se garantir essa qualidade é fundamental centrarmo-nos na dimensão processual. E, para isso, é necessário aprender a fazer, estar próximo da prática. Não é suficiente um exercício de abstração de como é que as comunidades idealmente seriam. Destaca-se, ainda, o mito das “comunidades perfeitas” em que toda a gente resolve tudo, como um coro homogéneo e harmonioso, esquecendo que os coros desafinam, porque são formados por indivíduos que se juntam num corpo coletivo, mas em que cada um é diferente do outro. Esta analogia que nos remete para a ideia da comunidade unida, que resolve tudo pacificamente, é uma ideia perigosa que bloqueia algo de fundamental, que é exatamente a partir do confronto, que se geram soluções.

Finalmente, é importante a percepção de eficácia da participação que assenta no pressuposto de que, mais do que falarem sobre as realidades sociais, mais do que explicarem as realidades sociais, os processos têm de permitir às comunidades falarem por si, encontrarem o seu espaço para a expressão e não necessariamente ter um discurso sobre (Lawy & Biesta, 2006).

Em síntese, a qualidade dos processos participativos deve: partir da ideia de que a participação nunca está garantida, de que é um trabalho contínuo; estimular o pensamento crítico; equilibrar ação e a reflexão; propor desafios ótimos; entender o conflito como uma potencialidade para amadurecer a capacidade da comunidade tomar decisões autonomamente; procurar estratégias relacionais promotoras de continuidade; entender as ligações e os vínculos com os territórios; atentar ao significado pessoal destas experiências participativas para as pessoas, gerando um envolvimento emocional e não apenas racional nas decisões; estimular ao máximo a presença do que é plural e da negociação de pontos de vista diferentes; e um envolvimento em questões que são significativas para a vida real das pessoas (Cruz, 2021).

Diferentes experiências de projetos artísticos participativos e comunitários

Os princípios anteriormente destacados são, igualmente, centrais na definição das práticas artísticas que convocam artistas profissionais e não profissionais a desenvolverem criações coletivas com base nas comunidades (Cruz, 2015, 2019), assim como para a definição de participação cultural e artística (Cruz, 2021). De seguida apresentar-se-ão, de forma breve, alguns exemplos de projetos desenvolvidos em diferentes partes do mundo que recorrem às práticas artísticas participativas e comunitárias².

«Recetas urbanas» (2003) é um coletivo que desenvolve construção participativa, neste caso concreto de um centro cívico e comunitário num bairro socialmente desfavorecido dos arredores de Madrid convocando a população local e a Universidade a trabalharem coletivamente. Este contexto de experimentação permite concretizar uma abordagem relacional entre instituições públicas

em relação com a participação direta, ou seja, com os/as vizinhos/as deste bairro.

«Asilo» (2013) é uma outra experiência, em Nápoles, um edifício imponente e que é hoje um centro comunitário e cívico com a sua ação baseada em atividades culturais e autogerido pela comunidade.

«Duck March» (2019) é uma cocriação com a artista italiana Catarina Moroni que trabalha em todo o Mundo com mulheres grávidas, a partir da ideia de questionamento sobre a perceção estereotipada da mulher grávida como uma mulher frágil. Esta imagem refere-se ao trabalho feito no contexto do MEXE – Encontro Internacional de Arte e Comunidade³ nas ruas do Porto.

A proposta do «Atelier Ser» (2019) passa pelo campo das artes plásticas. Centra-se na expressão da ideia imaginada da nossa comunidade, redesenhando as ruas e praças, dando-lhes outros nomes, e a partir daqui entender e aprofundar a discussão sobre aquilo que desejamos mudar nas nossas comunidades.

«MAPA – O jogo da Cartografia» (2013-2015) um trabalho de construção com cerca de 230 cidadãos e cidadãs a questionar, neste caso, a cidade do Porto. Partindo da pergunta: como é que a cidade funciona e como poderia ser melhor? Baseia-se nos olhares de diferentes grupos da cidade, nomeadamente da população de alguns bairros sociais, num exercício crítico⁴.

«Texturas» (2008-2009) foi um trabalho feito em Santa Maria da Feira com trabalhadores da área da cortiça no contexto fabril. Convidou a pensar a relação e os espaços quotidianos da nossa vida, nomeadamente o laboral. Outro trabalho, feito no contexto do Festival Imaginarius – o «Baile das Bicicletas» (2012). Neste projeto um grupo de cidadãos/ãs foi convidado, ao longo de um ano, a convencer os/as seus/suas vizinhos/as, de que a bicicleta pode ajudar a resolver problemas ambientais, económicos, de saúde, de

2 Para Matarasso (2019) a arte comunitária refere-se à “criação de arte como direito humano, por artistas profissionais e não profissionais, que cooperam entre iguais, para propósitos e com padrões estabelecidos em conjunto, e cujos processos, produtos e resultados não podem ser conhecidos antecipadamente” (p. 56). A arte participativa implica, também, uma relação de criação entre artistas profissionais e não profissionais e a presença de três características “uma estrutura teórica e estética que orienta quem está envolvido; a duração no tempo, com princípio, meio e fim; e a “apresentação da criação” (Matarasso, 2017, p. 2). Estes conceitos são atualizados na designação de práticas artísticas comunitárias sublinhando o seu caráter experimental e os princípios da criação coletiva, ligação ao território e contexto sociopolítico, relação horizontal entre artistas profissionais e não profissionais, flexibilidade e abertura dos processos e resultados, autoria partilhada, reflexão crítica dos/as artistas e públicos, negociação e tomada de decisão conjunta, conexão às preocupações reais das/os cidadãs/os. A qualidade da participação cultural e artística inerente a estas práticas artísticas suporta-se na forma como: a participação das comunidades se desenvolve; as dinâmicas dos processos criativos acontecem; se identificam e trabalham os temas que servem de ponto de partida para estes processos; os espaços de criação e apresentação se configuram; a relação entre artistas profissionais e não profissionais se constrói (Cruz, 2021).

3 www.mexe.org.pt

4 O documentário “Cidadãos de corpo inteiro” de Patrícia Poção baseia-se no processo de construção deste projeto. Disponível online: <https://www.youtube.com/watch?v=DhUNClcF630>

convivência. Quando andamos de bicicleta paramos para cumprimentar o outro, quando vamos de carro não paramos para cumprimentar o outro. E, portanto, é uma outra vivência (Cruz & Oliveira, 2022).

Um trabalho mais recente, em Gondomar, no âmbito do Programa “Cultura para Todos”, «Repara» (2021) conta com a participação de pessoas idosas a partir das suas experiências de trabalho na mina e ourivesaria, em diálogo com os mais jovens – o que era no seu tempo, o que é hoje a relação com o trabalho. Uma das perguntas do espetáculo era: “Vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver?”.

Um outro trabalho feito em Esposende, no contexto do programa municipal de arte comunitárias, «Quando o mar é mais» (2017) convocou a comunidade piscatória a repensar a sua relação com o mar (Cruz, 2022). «Terra» (2012-2013) foi um trabalho desenvolvido na Capital Europeia da Cultura de Guimarães com agricultores da comunidade de Fermentões que participaram ativamente nas diferentes dimensões da construção de um espetáculo: construção da cenografia, dos figurinos a partir das roupas de um Rancho Folclórico. O espetáculo focava-se sobre o ciclo das quatro estações do ano e da ligação da mulher e do homem à terra e a sua conexão com a natureza. Este é um excelente exemplo que pode ser ilustrado com aquela ideia de atirmos uma pedra à água e não percebermos que há ondas que não são visíveis, que vão para lugares que, à partida, não se antecipavam no início dos processos. A participação implica correr riscos, ou seja, não se pode, num processo participativo, ter a certeza de qual é o seu resultado, tanto mais que o processo é construído coletivamente.

Para finalizar, mais um projeto português, do «Colectivo Til» (2017) sedado em Leiria, que faz um exercício de repensar e intervir em espaços públicos no sentido de transformação em distintas comunidades.

Nos projetos culturais e artísticos, há várias dimensões que devem ter-se em consideração e que ajudam a entender a qualidade da participação cultural, enquanto facilitadora do diálogo e da conexão com as outras formas de participação

– educativa, social e ambiental, por exemplo (Cruz, 2021; 2023). A participação cultural e artística é mobilizadora e constitui um espaço privilegiado para que aconteça, de forma informal, a ligação entre estas diferentes áreas.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (2000). Entre o passado e o futuro. Perspetiva.
- Arnstein, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Coimbra, J.L. (2012). Sobre determinantes psicológicas e sociais da qualidade das experiências de participação social, cívica e política. In I.Menezes, N. Ribeiro, M. Fernandes-Jesus, C. Malafaia, & P.D. Ferreira (Eds.), *Agência e Participação Cívica e Política: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia* (pp. 158-165). Livpsic/Legis Editora.
- Cruz, Hugo (2015). (Coord.). *Arte e Comunidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, H. (coord.). (2019). *Arte e Esperança: Percursos da Iniciativa PARTIS 2014-2018*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, H. (2021). *Práticas artísticas, participação e política*. Edições Colibri.
- Cruz, H. (coord.). (2022). *AMAReMAR - impressões . arte . comunidade*. Câmara Municipal de Esposende.
- Cruz, H., & Oliveira, M.J. (coord.). (2022). *COMUNITÁRIA - 20 anos de Arte e Comunidade em Santa Maria da Feira*. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- Cruz, H. (coord.). (2023). *Arte, reinvenção e futuros*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ellsworth, E. (1989). Why Doesn't This Feel Empowering? Working through the Repressive Myths of Critical Pedagogy. *Harvard Educational Review*, 59(3), 297-324. <https://doi.org/10.17763/haer.59.3.058342114k266250>
- Ferreira, P., Azevedo, C., & Menezes, I. (2012). The developmental quality of participation experiences: beyond the rhetoric that participation is always good! *Journal of Adolescence*, 35(3), 599-610. 10.1016/j.adolescence.2011.09.004
- Hart, R. (1992). *Children's participation: From tokenism to citizenship*. Unicef International Child Development Centre.
- Lawy, R., & Biesta, G. (2006). Citizenship-as-practice: The educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Educational Studies*, 54(1), 34-50. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8527.2006.00335.x>
- Lowndes, V., Pratchett, L., & Stoker, G. (2006). Local political participation: The impact of rules-in-use. *Public Administration*, 84(3), 539-61. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2006.00601.x>
- Matarasso, F. (2017). “Keeping the art in focus” [Online], disponível em: <https://arestlessart.com/>
- Matarasso, F. (2019). *Uma arte irrequieta*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Menezes, I. (2003). Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects. *European Educational Research Journal*, 2(3), 430-445. <https://doi.org/10.2304/eej.2003.2.3.8>
- Miessen, M. (2010). *The nightmare of participation*. Sterberg Press.
- Pocok, J. (1995). The ideal of citizenship since classical times. In R. Beiner (Eds.), *Theorizing citizenship* (pp. 29-52). SUNY Press.
- Putnam, R. (1995). Tuning in, tuning out. The strange disappearance of social capital in America. In R. G. Niemi, and H. F. Weisberg (Eds.), *Controversies in voting behavior* (pp. 38-68). Washington: CQ Press.
- Sullivan, J., & Transue, J.E. (1999). The psychological underpinnings of democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust and social capital. *Annual Review of Psychology*, 50(1), 625-650. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.50.1.625>
- Ventosa, V. (2001). *Desarrollo y evaluación de proyectos socio-culturales*. Editorial CCS.

Hugo Cruz Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, desenvolve o seu trabalho no espaço da criação artística e participação enquanto criador, programador cultural e investigador. É Investigador no Centro de Investigação e Intervenção Educativas-Universidade do Porto e Centro de História de Arte e Investigação Artística-Universidade de Évora.
Website: <https://artandparticipation.com>
Orcid: <http://orcid.org/0000-003-4926-2928>.
Contacto: hugoalvescruz@gmail.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 15 de dezembro de 2023.



SINAIS, MARCAS E ENCONTROS¹. TRAJETOS E INTERSEÇÕES ENTRE AS ARTES, A PARTICIPAÇÃO-AÇÃO² E A INVESTIGAÇÃO

Paula Guerra
Universidade do Porto

Resumo

A problemática da exclusão social em relação aos jovens tem sido uma das áreas de investigação mais proeminentes no campo das ciências sociais. Vários têm sido os estudos que refletem as várias modalidades de marginalidade avançada, quer em termos políticos, económicos, geográficos, sociais e culturais; contudo, poucos têm sido os estudos que têm demonstrado o potencial transformador das pesquisas baseadas nas artes enquanto método efetivo de intervenção, e também enquanto veículo de investigação. Com efeito, neste artigo, pretendemos demonstrar a materialização do cruzamento destes dois tópicos, quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista empírico, cobrindo diversos e diferenciados contextos, objetos de estudos e modalidades de investigação-ação contemporâneos.

Palavras-chave: jovens, artes, metodologias baseadas na arte, marginalidade urbana avançada, investigação-ação.

SIGNS, MARKS AND ENCOUNTERS. TRAJECTORIES AND INTERSECTIONS BETWEEN ARTS, PARTICIPATION-ACTION AND RESEARCH

Abstract

The issue of social exclusion in relation to young people has been one of the most prominent research areas in the field of social sciences. There have been several studies that reflect the various modalities of advanced marginality, whether in political, economic, geographic, social and cultural terms; however, there have been few studies that have demonstrated the transformative potential of arts-based research as an effective method of intervention, and also as a vehicle for research. Indeed, in this article, we intend to demonstrate the materialization of the crossing of these two topics, both from the theoretical and the empirical point of view, covering several and differentiated contemporary contexts, objects of studies and research-action modalities.

Keywords: youth, arts, art-based methodologies, advanced urban marginality, action-research.

1 Agradeço à Ana Oliveira, à Sofia Sousa e à Susana Januário a presença sensível e sistemática nestes trajetos e interseções. Dedico-lhes estas reflexões.

2 O conceito de participação-ação aqui utilizado tem como mote os contributos de Renn et al. (2012).

1. Da marginalidade avançada à ação amplificada

Para a escrita deste artigo, foram decisivas as interseções entre o último livro de Machado Pais (2020) e o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto (2021). Este encontro consubstanciou-se no desvendamento fulgurante das seguintes asserções: a agremiação e a potenciação da cultura e dos seus ativos patrimoniais face ao desenvolvimento territorial plural e plurifacetado; a identificação e a demonstração dos benefícios sociais, históricos, políticos, sociais e de bem-estar da cultura quando associada a projetos de aprendizagem social e de intervenção social; e ainda, a adoção do princípio da integração e da consolidação do papel da cultura na inovação e no fomento do sentido de lugar, de pertença e de justiça social.

Assim, inspirados por um lastro de pesquisas que se têm vindo a adensar desde meados dos anos 1990 (Karkou & Glasman, 2004; Sharp et al., 2005; Jeannotte, 2010; Ferrer-Fons et al., 2022), propomos a apresentação de uma abordagem/análise reflexiva e crítica através e sobre um conjunto de projetos de investigação que têm como denominador comum a intervenção social em territórios e junto de segmentos populacionais tidos como desfavorecidos. O principal objetivo deste artigo, é o de demonstrar que a arte (práticas artísticas) possui um papel determinante na capacitação e no empoderamento juvenil, bem como evidencia e incentiva a lógicas de participação cívica (Blumenfeld-Jones, 2016). Assim, os resultados aqui apresentados, referem-se à discussão de três projetos científicos, bem como às suas iniciativas de participação-ação e de investigação-ação assentes na art-based-research (ABR), cujo principal intuito é o de demonstrar as potencialidades do uso da arte enquanto método de investigação e de intervenção social.

Nos últimos anos, a exclusão social e a marginalidade avançada (Wacquant, 2001) intensificaram-se muito na sequência da crise económica de 2008. Neste cômputo, as desigualdades agravaram-se, especialmente no que diz respeito às vulnerabilidades na habitação e/ou zonas desfavorecidas e à multiplicação das problemáticas dos atores da exclusão, nomeadamente os jovens.

Desde os anos 1990 que a academia tem vindo a colocar a exclusão social no pedestal das suas abordagens. Reeves et al. (2019) defendem, hoje, uma aproximação fenomenológica à exclusão marcada dialogicamente pelas representações de quem a investiga, mas também pela visão e/ou sentimentos de quem a vivencia (Saunders, 2015). Cada vez mais se assume a relevância de análises que compreendam o contexto em que estes problemas sociais surgem. De acordo com Guerra (2022a), a juventude pode ser encarada como o resultado das encruzilhadas da modernidade tardia, isto é, como o fruto de um vasto conjunto de condições sociais, urbanas, políticas e económicas que são, também elas, espaços de incertezas, de invisibilidade, de riscos e de marginalidade.

Na verdade, o conceito de juventude tem estado no âmago de vários estudos poliédricos da e sobre a exclusão: o crime a delinquência (Jensen & Rojek, 1998); as vivências habitacionais de exclusão social (Guerra, 2022b; MacDonald & Shildrick, 2007); as perspetivas de inclusão social (Flannery & Huff, 1999); a pedagogia crítica (Santos & Guerra, 2017); as pesquisas baseadas nas artes (Knowles & Cole, 2008); a cultura inclusiva (Feixa-Pàmols & Pais, 2020); a justiça social e o planeamento urbano (Freytes & Cross, 2011). E esse foco na juventude possivelmente é subsidiário da perspetiva de Pais (2020) que ainda tende a encará-la como sendo a força motriz das sociedades, uma vez que, em tempos de crise, são os jovens que, frequentemente, lideram a reinvenção das sociedades, por via das artes e da criatividade. Logo, a criação e a prática artística, nada mais são do que o cimento indiscutível entre espaço, ambiente e atores sociais.

Deste modo, este artigo será estruturado em quatro secções: uma secção introdutória, onde apresentámos os objetos de estudo e objetivos do artigo, a par de conceitos como o de exclusão social e o de juventude; uma fração dedicada ao papel da arte e das práticas artísticas na investigação sociológica, com especial enfoque nas metodologias ABR; subsequentemente, patentaremos três segmentos, onde, em cada um deles, discutiremos os projetos científicos em análise, os seus contributos e as especificidades; por fim, na última secção, exibimos algumas pistas conclusivas e reflexivas.

2. Artes, ação e reação. O potencial investigativo do amor por um (não-)objeto

A recordação da exposição “Às artes, cidadãos!” organizada e patente no Museu de Arte Contemporânea de Serralves entre novembro de 2010 e março de 2011 por ocasião das comemorações do Centenário da República, reavivou-nos a relevância de que a temática da intervenção pelas artes (Leavy, 2019) tem tido nos últimos anos particularmente quando falamos de ativação de cidadania (Smirnova & Poluektova, 2022; Campos, 2023), e nesse sentido, não podemos deixar de evidenciar a relevância da metodologia baseada nas artes (ABR) (Miettinen et al., 2019; Knowles & Cole, 2008; McNiff, 2012; Jokela et al., 2015). Este tipo de metodologia assenta no princípio da participação e da colaboração dos cidadãos na elaboração de artefactos artísticos enquanto meios de compreensão das complexas estruturas sociais (McNiff, 2012) e, além disso, é um método que pode ser caracterizado pela sua eficácia no que diz respeito à criação de soluções para problemas que emergem em contextos periféricos, nomeadamente bairros sociais ou comunidades alvo de exclusão social, estigma e preconceito, em termos de objetivos e público-alvo, como iremos ver mais à frente.

A tónica é colocada no esforço coletivo, permitindo o surgimento de formas inovadoras de conhecimento e de intervenção; tendo sido este um eixo que pautou a nossa intervenção e atuação nos três projetos. Então, antes de avançarmos, considerámos importante apresentar – ainda que brevemente – os projetos aqui em análise. Começando com o “O Bairro é Nosso”, este diz respeito a um conjunto de workshops artísticos que foram realizados no Bairro do Cerco do Porto, sob a égide do projeto CANVAS³. O projeto CANVAS

e, por conseguinte, os workshops “O Bairro é Nosso”, estavam direcionados para a intervenção junto de jovens NEET (Guerra et al., 2022), com idades entre os 18 e os 35 anos, bem como serviam o propósito da prevenção em ação, no sentido em que pretendiam atuar na redução de sentimentos de insegurança e na delinquência juvenil, no Bairro do Cerco. Paralelamente, apresentámos o projeto “Os Leixões das Memórias”, um projeto que também possuía uma componente artística, e cujo território de intervenção era o Conjunto Habitacional Bairro dos Pescadores em Matosinhos. O principal objetivo deste projeto era o de potenciar a memória individual e coletiva dos pescadores, tendo como ponto de partida uma prática e intervenção artística. Por fim, apresentámos os contributos do projeto “Artcitizenship”, enfatizando o caso específico das Wiki Editoras LX: um grupo ativista feminista que colaborou com o projeto em diversas ocasiões. As Wiki Editoras visam explorar dimensões menos visíveis da participação feminina, explorando o tópico das artes da cidadania, ao passo que combinam a escrita com o design.

Deste modo, a partir da breve apresentação dos projetos em análise, obtemos o mote para a defesa do ideal da intervenção pelas artes enquanto forma de empoderamento (Barton & Davis, 2018) dos indivíduos, pois a cooperação em comunidade desempenha, no escopo destes três projetos, um papel essencial, uma vez que este tipo de intervenções foram pensadas e aplicadas, tendo em mente a criação de meios que façam com que os indivíduos assumam o controlo das situações de vulnerabilidade (Belfiore, 2002) em que se encontram (vivencial, social, económica, política e cultural) e, acima de tudo, que possam refletir sobre os processos de intervenção que lhes são apresentados – não numa perspetiva atomística, mas comunitariamente solidária. Logo, a força destas criações artísticas é grupal: mede-se pela sua capacidade de expressar problemas, anseios, soluções – em linguagem artística – tradutores do entrecruzamento dialógico entre identidades individuais e coletivas (Miettinen et al., 2019; Jones et al., 2013).

³ Projeto CANVAS – Towards Safer and Attractive Cities: Crime and Violence Prevention through Smart Planning and Artistic Resistance, apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização COMPETE 2020 e do financiamento de projeto POCI-01-0145-FEDER-030748.

Portanto, a ideia de que a arte é ínsita à cidadania é a pedra de toque destas metodologias, bem como sustenta o argumento deste artigo, a par da pertinência sociológica destes três projetos. Aliás, estas metodologias evidenciam que o exercício da cidadania não se esgota numa política expressiva. A contrário, a cidadania é amplificada pelo uso da dimensão estética como zona decisiva de interação social (Guerra et al., 2022). Simultaneamente, importa referir que associadas às metodologias de intervenção pelas artes, temos uma certa visão utópica da sociedade em geral, e dos jovens em particular, uma vez que as práticas artísticas – e o próprio ato de criação – se regem pelo princípio da fantasia, mas também pelo ideal de (re) construção de um real social imaginado. Aliás, esta é uma das condicionantes desta metodologia, nomeadamente a ocorrência do risco de uma representação utópica das experiências vivenciais (McNiff, 2012). Tal como acontece com os cenários de exclusão que serão aqui retratados, e que possuem uma forte componente territorial, também as utopias nascem de um topos [lugar]. Mais ainda, se nos focarmos nas intervenções que têm como ponto de partida metodológico as artes, podemos cotejar que o busílis das mesmas assenta na superação da realidade vivida, ou seja, é enfatizada a ideia de um topos ideal: um aspeto dificilmente alcançável e que, desse ponto de vista, pode ser visto e interpretado como uma das limitações das metodologias baseadas nas artes (McNiff, 2012), bem como pode ser uma das fragilidades dos outputs obtidos no âmbito dos projetos aqui em análise. Mantendo em mente esta ideia, aqui seguimos de perto os contributos de Bourdieu (1996), uma vez que o autor mostra as potencialidades heurísticas da livre troca criativa de perspectivas, realçando que:

O amor da arte, como o amor, mesmo e sobretudo o mais louco, sente-se fundado no seu objeto. É para se convencer de ter razão em (ou razões de) amar que recorre com tanta frequência ao comentário, essa espécie de discurso apologético que o crente dirige a si próprio e que, além de ter pelo menos como efeito redobrar a sua própria crença, pode ainda despertar e convocar os outros para a mesma crença. É por isso

que a análise científica, quando é capaz de trazer à luz do dia aquilo que torna a obra de arte necessária, ou seja, a fórmula informadora, o princípio gerador, a razão de ser, fornece à experiência artística, e ao prazer que a acompanha, a sua melhor justificação, o seu alimento mais rico (Bourdieu, 1996:17).

Com efeito, Bourdieu e Haacke (1994) defenderam que um dos principais erros das ciências sociais diz respeito a uma relação incontrolada que o pesquisador mantém com seu objeto de estudo, ignorando tudo aquilo que a visão do objeto deve à posição ocupada pelo investigador no espaço social e no interior do próprio campo científico, e com isso prejudicando seu desvendamento e seu tratamento adequado (Guerra, 2020). O mesmo se passa com as pesquisas inspiradas pelas artes, onde a posicionalidade – quer de quem cria como de quem analisa a criação – depende e é influenciada pela posição social ocupada. Deste modo, torna-se possível destacar alguns aspetos que vão ao encontro daquilo que procurámos fazer com a elaboração deste artigo, isto é, combater uma divisão entre teoria e pesquisa empírica; na medida em que, tendencialmente, alguns projetos de investigação tendem a adotar uma atitude exacerbadamente teórica; e outros projetos de intervenção social tendem a desenvolver uma pesquisa empírica sem referência às questões teóricas. No nosso caso, procurámos combinar estas duas realidades fazendo da sociologia e da arte parceiras epistemológicas de conhecimento acerca da realidade contemporânea.

3. Afinal, o Bairro é nosso!

A cultura e a arte, no escopo geral destes projetos, emerge como um meio de fortalecimento de laços e redes de parceria, junto de indivíduos, coletivos e famílias em situação de maior vulnerabilidade económica e social. Nesse sentido, aqui apresentámos um projeto multidisciplinar que visava combinar os conhecimentos de áreas como a geografia e a sociologia, e que teve como foco de intervenção jovens NEET – jovens que não estudam, não trabalham e não se encontram em formação – no

Bairro do Cerco do Porto, como já referimos previamente. Para o efeito, foi realizada a iniciativa “O Bairro é Nosso!”, no Bairro do Cerco do Porto, iniciativa essa que procurou ser uma espécie de prevenção em ação, focada no estabelecimento de parcerias entre grupos comunitários locais, tais como o OUPA! Cerco, promovendo a multidisciplinaridade, ou seja, a colaboração entre investigadores e grupos/artistas locais, e a inclusão social de jovens NEET (Guerra et al., 2022).

Na verdade, podemos referir que os membros do grupo OUPA! atuaram nas iniciativas enquanto mentores artísticos, a par de outros artistas locais convidados, tais como o \$tag One, NTS, Eky One, entre outros. No âmbito desta iniciativa foram realizados um conjunto de workshops dedicados à música (hip-hop) e à arte urbana (graffiti), que contaram com a participação de jovens NEET e de jovens institucionalizados, com idades entre os 18 e os 35 anos, e de múltiplas nacionalidades (Portugal, Angola, Colômbia, Brasil, Marrocos e Sudão). O objetivo principal era o de prevenir e contrariar a ideia geral de que o território em questão, é apenas um palco de violência e a insegurança, bem como se pretendia atuar na prevenção da delinquência juvenil. Com este projeto era nosso intuito fomentar uma lógica de prevenção-ação, afeta aos sentimentos de insegurança referentes ao bairro do Cerco, bem como reduzir os sentimentos de exclusão e de estigmatização sentidos pelos jovens residentes ou oriundos de bairros sociais (Guerra & Sousa, 2022).

Perpassou esta iniciativa uma lógica de promoção do intercâmbio de vivências, de experiências e de conhecimentos dos jovens, tendo como ponto de partida a música, a escrita criativa e o graffiti como forma de expressão individual e coletiva. A iniciativa culminou com uma mostra final na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com o intuito de descentralizar as atividades do contexto de atuação; promovendo, assim, novas experiências e olhares. Mais ainda, estes workshops também se cimentaram numa lógica de participação-ação (Renn et al., 2012), isto aplicado ao caso da equipa de investigadores que participaram nos workshops em conjunto com os jovens, desenvolvendo relações interpessoais e de

proximidade que, posteriormente, foram utilizadas na análise e interpretação dos dados empíricos e nos produtos artísticos obtidos (ver Figuras 2), isto porque considerámos que quer a música quer o graffiti ou a escrita criativa, podem ser vistos como uma forma de pedagogia crítica (Sousa et al., 2022). Vejamos abaixo um excerto da música que foi produzida pelos jovens que participaram no workshop de música (ver Figura 1):

O bairro é nosso
E a street também
O respeito é importante
E a união a gente tem.
(Workshop Cypher, “O Bairro é Nosso”, 2021).



Figura 1. Imagem do primeiro dia do Workshop de Cypher, no Bairro do Cerco do Porto, durante a iniciativa “O Bairro é Nosso”, em 2021
Fonte: Projeto CANVAS.



Figuras 2. Imagens da realização do graffiti na associação OUPA!
Fonte: CANVAS.

Um dos maiores desafios vivenciados no quadro de desenvolvimento deste projeto foi o da utilização da arte como instrumento de recolha de informação e de análise. As ABR, neste contexto, permitiram o acesso a particularidades vivenciais que, provavelmente, através do uso de metodologias tradicionais, tais como as entrevistas, não seriam tão facilmente obtidas. Em termos de limitações, podemos referir as dificuldades de envolvimento e de participação por parte dos investigadores, isto porque se tratava de uma prática artística – criação e produção musical – que não era praticada pela equipa. Paralelamente, os dados obtidos através da metodologia ABR foram complementados com a utilização de uma metodologia qualitativa, nomeadamente com a realização de entrevistas semiestruturadas aos jovens e aos mentores artísticos⁴. Além disso, foi também uma ferramenta importante na apresentação e discussão de dados noutros contextos académicos e não-académicos.

Belliveau (2015), entre outros autores, argumenta que a investigação baseada nas artes serve para estudar a arte, mas também o processo de criação artística, colocando este último sob a consideração de uma interpretação textual que tem questões associadas, tais como objetivos, processos e significados (Guerra et al., 2022). Assim, foram analisadas as temáticas que foram abordadas pelos jovens durante o processo de criação musical, mas também o processo de criação coletivo, especialmente ao nível das interações, comportamentos e dificuldades sentidas por parte da equipa de investigação em se relacionar com os jovens participantes.

4 Outro *output* que se inscreve na metodologia ABR materializa-se na realização de uma curta-metragem, apoiada na utilização de técnicas como o *storytelling*, sobre a história de vida de Ricardinho, o responsável pelo grupo OUPA. A curta-metragem está disponível para visualização aqui: https://www.youtube.com/watch?v=kJzvticxcJY&ab_channel=ProjetoCANVAS

4. O *self*, o meio e os *outros*. Jovens, inovação social e sentimentos de pertença afetivos espacializados

São vários os fatores que contribuem para o surgimento de comportamentos de risco por parte dos jovens – precariedade habitacional, problemas familiares, precariedade económica, falta de apoio social e educativo, etc. –, sendo que se torna fundamental compreender e perspetivar novas formas de promoção de um desenvolvimento saudável e positivo (Matos & Tomé, 2012), sendo aqui que entra em jogo necessidade da inovação social em projetos de investigação.

Em contextos desfavorecidos é extremamente importante a criação de projetos que fomentem a resistência e/ou resiliência dos jovens – e da comunidade como um todo –, no sentido em que essa mesma se assume como um meio de adaptação às dificuldades vivenciais que vão surgindo, bem como se afirma enquanto um fator de resistência que, por seu turno, possibilitam novas formas de posicionamento social. É a partir deste mote da



Figura 3. Parte do Mural Os Leixões das Memórias, localizado no Bairro dos Pescadores, em Matosinhos, realizado pela população em conjunto com o artista Miguel Januário
Fonte: Projeto Os Leixões das Memórias.

resistência/resiliência e da adaptação das comunidades que introduzimos o projeto “Os Leixões de Memórias”⁵.

Este projeto vai ao encontro de um dos eixos de intervenção prioritários da AMP (2021), uma vez que o mesmo procurou soluções inovadoras – baseadas nas artes e na cultura – para dar resposta aos problemas complexos com que se defronta a comunidade do Bairro dos Pescadores, tais como o desemprego de longa duração, precariedade habitacional, baixos níveis de escolaridade, entre outros; implicando novas formas de organização e de ação coletiva, baseadas/informadas nas artes e na memória individual e coletiva, privilegiando as redes locais e a articulação entre diferentes instituições e níveis de governação (Associações de Solidariedade Social, Grupos informais, Associações Recreativas e a Câmara Municipal de Matosinhos).

Com base no Diagnóstico Social de Matosinhos, constatamos que as freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, e em particular o Bairro dos Pescadores, apresentavam como principais vulnerabilidades: elevadas taxas de desemprego, baixos níveis de escolaridade e de rendimentos familiares. Estas vulnerabilidades geram, frequentemente, sentimentos de incapacidade/desvalorização e de baixa autoestima/inutilidade social que, a médio e longo prazo se concretizam em situações de exclusão/marginalização e isolamento social – particularmente experienciadas pelos jovens, estando aqui patente a noção de marginalidade avançada (Wacquant, 2004).

O foco de inovação social deste projeto, residiu no aproveitamento artístico e criativo da forte dimensão identitária do bairro, assente na cultura marítima/piscatória, e suas manifestações socio-culturais, e na história do Leixões Club. Assim,

5 *Os Leixões das Memórias* é um projeto integrado no Programa Bairros Saudáveis segundo a Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020. Tem como entidade promotora a Aventura com Carisma – Associação e como instituição parceira a Faculdade de Letras da Universidade do Porto através do IS-UP. O projeto desenvolveu-se particularmente no Conjunto Habitacional Bairro dos Pescadores em Matosinhos entre 2020 e 2022.



Figura 4. Convite para a exposição dos Álbuns de Família
Fonte: Projeto Os Leixões das Memórias.

desenhamos – em conjunto com a comunidade – todo um conjunto de atividades capazes de mobilizar, de valorizar e de dar visibilidade aos conhecimentos, recursos, vivências, histórias e memórias dos residentes jovens (e não jovens) do bairro para promover a sua autoestima, combatendo situações de exclusão e sentimentos de inutilidade, e também para gerar fontes de rendimento/valor económico que permitam melhorar as condições de vida desta população. Falámos da Álbuns de Famílias de Pescadores, os Podcasts dos Aficionados, a Caderneta de Cromos, o Jogo de Tabuleiro Matosinhos Terra de Mar e Pescadores, os Painéis Comunitários (ver Figura 3) e o Documentário. Tal como no projeto anteriormente apresentado, a criação, a prática e o produto artísticos foram por nós utilizados enquanto técnica de investigação, uma vez que a equipa de investigadores utilizou estes elementos para obter informações que, tradicionalmente, seriam obtidas através do uso de entrevistas semiestruturadas.

Neste caso, a arte (ou as artes) emergiu como uma alavanca para dar relevo às memórias (Ver Figuras 3 e 4), recursos e representações dos moradores do bairro, concretizando o seu potencial enquanto ferramenta de inclusão e de reforço da autoestima de uma população que tende a ser estigmatizada (Jokela et al., 2015). Mais ainda, a arte cristalizou-se na criação do projeto, quando nos apercebemos de que o Bairro dos Pescadores é, na verdade, um repositório de histórias e memórias, que tantas vezes ficam por contar, e de saberes, quase sempre invisibilizados. Isto articula-se

com a ideia de Lopes (2016), de que a arte pode desempenhar um papel de arquivo.

Logo, a arte emergiu como um meio de revivificação e de valorização, resgatando o direito destas pessoas à expressão das suas representações (Kusenbach, 2003), reconhecendo e divulgando o seu papel na história da cidade e na construção da sua identidade (Belfiore, 2002). E foram muitos os artefactos e manifestações lúdico-artísticas construídos.

5. O virtual como (novo) espaço de direito à cidadania

De acordo com Brooks (2006), a resiliência é um fenómeno de natureza ecológica, que se desenvolve através da interação entre vários contextos que compõem a vida social dos indivíduos, quer seja na estrutura familiar, nas comunidades (Amin, 2005) ou nas relações de pares. Quando esta tessitura relacional se quebra, desagregam-se também as possibilidades de cidadania. Assim, o projeto “Artcitizenship”⁶ preconizou como conhecimento basilar a participação juvenil contemporânea as artes da cidadania.

Através deste projeto pretendia-se dar resposta à seguinte questão: Em que medida, num contexto de crescente crise institucional do sistema democrático e de descrédito das instituições políticas, são a criatividade e as práticas estéticas um recurso relevante para a agência política e cívica da juventude contemporânea na defesa de certas causas minoritárias, alternativas ou disruptivas? A resposta a esta questão esteve na origem do desenvolvimento das atividades deste projeto, designadamente num conjunto de ações artísticas e interventivas que buscavam perceber em que medida as práticas criativas servem para ampliar a noção de política e de cidadania através de canais alternativos e não institucionais; buscando

perceber quais as práticas, os produtos estéticos e os circuitos culturais que são empregues em processos de comunicação, de reflexão, de contestação ou de resistência no âmbito do ativismo juvenil (Barton & Davis, 2018).

Um caso exemplar de abordagem foi a iniciativa Wiki Editoras LX⁷: um projeto que tem como foco o ativismo feminista e interseccional na Internet a partir da edição de páginas da Wikipédia. O grupo, desde 2019, tem promovido uma série de iniciativas, tais como as Editatonas (ver Figura 5) – Maratonas de Edição da Wikipédia – que têm tido como cenário a cooperativa PENHAS CO, em Lisboa. Desde o surgimento das Editatonas que realizamos observação etnográfica participante efetivando – juntamente com as Wiki Editoras LX – a edição de páginas de mulheres ausentes da Wikipédia negras, migrantes, indígenas, rurais, ciganas, LGBTQIA+, entre muitas outras.

O projeto das Wiki Editoras distancia-se em termos de abordagem dos dois anteriores. Por um lado, falámos aqui de um projeto que não contou com a participação de uma equipa de investigação na sua concretização, ou seja, os investigadores do Artcitizenship colaboravam com as Wiki Editoras numa lógica tradicional: aplicação de técnicas qualitativas de recolha empírica. Contudo, decidimos destacar este projeto pelo facto de estas mulheres adotarem uma abordagem ativista – no campo digital – utilizando a arte, mais especificamente o design, enquanto forma de resistência e de contestação da invisibilidade das mulheres na Wikipédia. Desse ponto de vista, as ABR, neste contexto, foram utilizadas com o intuito de obter um insight acerca da realidade da Wikipédia, numa lógica de percepção das lutas pela justiça social.

As Wiki Editoras LX encaram esse novo agora digital como um espaço de exclusões e de marginalidade (Wacquant, 2004), no qual o género feminino se assume como o principal alvo de invisibilidade. Em suma, a arte (e o artivismo) neste contexto, emergem como um complemento de atuação, no sentido em que os verbetes da Wikipédia

6 O projeto *ArtCitizenship – Juventude e as artes da cidadania: práticas criativas, cultura participativa e ativismo*, com a referência Projeto/Contrato: 28655, foi liderado pelo CICS-NOVA – Universidade Nova de Lisboa em parceria com o IS-UP. Decorreu entre 2017 e 2021 e foi financiado pela FCT.

7 Disponível em: https://meta.wikimedia.org/wiki/Wiki_Editoras_LX

são criados e posteriormente divulgados nas redes sociais, cujo objetivo é o de conferir relevo aos feitos, conquistas e triunfos das mulheres nas sociedades desde o início das sociedades modernas, contrariando, assim, a sua invisibilidade (ver Figura 6).



Figura 5. Cartaz da primeira Editatona, em 2019, realizada no âmbito do Festival Feminista de Lisboa
Fonte: Tila Capelletto, criadora da Editatona.

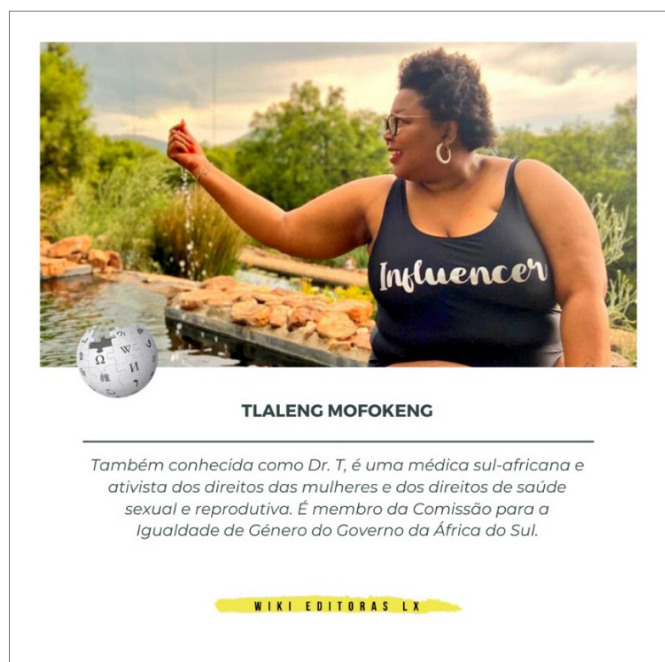


Figura 6. Verbetes de Tlaleng Mofokeng, criado pelas Wiki Editoras Lx
Fonte: Wiki Editoras Lx.

6. Retrospetiva. O futuro é agora.

Os jovens – particularmente os que habitam áreas desfavorecidas ou de marginalidade urbana avançada – são um tópico que em Portugal ainda se assume como um foco de atenção, quer por parte do sistema político quer do campo académico, artístico e cultural.

Na verdade, aquilo que pretendemos aferir com a elaboração deste artigo, é que este fenómeno ainda se assume como extremamente relevante, uma vez que tem vindo a ser objeto de invisibilidade, inexistência ou desadequação das políticas públicas. Paralelamente, também foi nosso interesse demonstrar algumas das potencialidades, bem como constrangimentos, da utilização das ABR no caso específico de três projetos de investigação. O primeiro e o segundo projetos, numa vertente de intervenção/atuação direta por parte das equipas de investigação e, no terceiro, numa lógica de entendimento da potencialidade do uso da arte – e das ABR – para refletir sobre modos de contestação e dinâmicas de justiça social. Em todos estes projetos, compreendemos que os jovens – e as comunidades – encontraram nas artes, nomeadamente na música, na dança, na fotografia, no graffiti, entre outras, um pretexto para resistirem a imposições político-sociais. Contudo, não podemos deixar de ressaltar o paradigma de que esses atos de resistência e de resiliência, partem de uma perspetiva utópica acerca da realidade o que, no caso da investigação baseada em metodologias ABR, pode constituir um obstáculo à intervenção social, pois as perspetivas idealizadas distanciam-se, por vezes, em larga medida, da realidade vivenciada e mesmo das oportunidades de mudança social.

Não poderíamos terminar este pequeno ensaio sem referir as autoaprendizagens das investigadoras que organizaram e participaram nestes projetos. Além de demonstrarmos que as ABR são uma saída metodológica eficaz quanto à recolha e análise de informação – assumindo-se como uma ferramenta complementar e essencial face às técnicas e metodologias tradicionais (qualitativa e quantitativa) –, apercebemo-nos o quanto os jovens (e não só) possuem a capacidade de mudar

o mundo (Pais, 2020). Porém, também não podemos deixar de enfatizar as dificuldades que foram sentidas, tais como dificuldades relacionadas com dinâmicas de interação⁸ com os jovens que participaram dessas iniciativas artísticas aqui enunciadas. Por outro lado, também se assume como uma dificuldade o facto de a equipa de investigadores poder não estar tão familiarizada com algumas práticas artísticas, por exemplo, produção musical versus fotografia. Estes condicionamentos práticos também podem dificultar o processo metodológico e de análise dos dados. Por fim, outro obstáculo ou condicionante que podemos enunciar relaciona-se com as dificuldades no processo de análise dos materiais artísticos produzidos e obtidos, algo que se relaciona com a ideia de posicionalidade do investigador que Bourdieu e Haacke (1994) nos referem.

Referências Bibliográficas

- Amin, A. (2005). Local community on trial. *Economy and Society*, 34 (4), 612-633.
- Área Metropolitana do Porto (2021). Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Disponível em: http://portal.amp.pt/media/documents/2022/01/28/PACD__AMP_Aprovado.pdf
- Barton, A. & Davis, H. (2018). From empowering the shameful to shaming the empowered: shifting depictions of the poor in 'reality TV'. *Crime Media Culture*, 14 (2), 191-211.
- Belfiore, E. (2002). Arts as a means towards alleviating social exclusion: does it really work? - A critique of instrumental cultural policies and social impact studies in the UK. *International Journal of Cultural Policy*, 8(1), 91-106.
- Belliveau, G. (2015). Research-based theatre and a/r/tography: Exploring arts-based educational research methodologies. *P-e-r-f-o-r-m-a-n-c-e*, 2 (1-2). Available at: <http://www.p-e-r-f-o-r-m-a-n-c-e.org/?p=1491>
- Blumenfeld-Jones, D.S. (2016). The artistic process and arts-based research: a phenomenological account of the practice. *Qualitative Inquiry*, 22(5): 322-333.
- Bishop, C. (2012). *Artificial hells: Participatory art and the politics of spectatorship*. London: Verso.
- Bourdieu, P. & Haacke, H. (1994). *Libre-échange*. Paris: Editions du Seuil.
- Bourdieu, P. (1996). *As regras da arte*. Lisboa: Editorial Presença.
- Brooks, J. (2006). Strengthening Resilience in Children and Youths: Maximizing Opportunities through the School. *Children & Schools*, 28, 69-76.
- Campos, R. (2023). Art and citizenship: Practices and discourses of young artists in Portugal. *European Journal of Cultural and Political Sociology*. DOI: 10.1080/23254823.2023.2234967.
- Feixa-Pàmols, C. & Pais, J.M. (2020). Perseguido os ventos do tempo: Jovens, passados compostos e futuros possíveis. *Revista Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura*, 3(1), 10-22.
- Ferrer-Fons M, Rovira-Martínez M & Soler-i-Martí R. (2022). Youth empowerment through arts education: a case study of a non-formal education arts centre in Barcelona. *Social Inclusion*, 10 (2), 85-94.
- Flannery, D.J & Huff, R.C. (1999). *Youth violence. Prevention, intervention, and social policy*. Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Freytes, A. & Cross, C. (2011). Overcoming poor youth stigmatization and invisibility through art: A participatory action research experience in Greater Buenos Aires. *Action Research*, 9, 1, 65-82.
- Guerra, P. (2022a). From the Borders and Edges. Youth cultures, Arts, Urban Areas and Crime Prevention. In M. Saraiva (ed.). *Urban Crime Prevention. Multi-disciplinary Approaches* (pp.75-95). London: Springer.
- Guerra, P. (2022b). Romper com a fragilidade: Do bairro para o mundo. *CesContexto Debates*, 32, 36-50.
- Guerra, P. (2020). Cidade, pedagogia e rap. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, 22 (2), 431-453.
- Guerra, P. (2019). Nothing is forever: um ensaio sobre as artes urbanas de Miguel Januário ±MaisMenos±. *Horizontes Antropológicos*, 28(55), 19-49.
- Guerra, P. & Sousa, S. (2022). Dreaming is not enough. Audio-visual methodologies, social inclusion, and new forms of youth biopolitical resistance. *Frontiers in Sociology*, 7, 1020711. doi: 10.3389/fsoc.2022.1020711
- Guerra, P.; Sousa, S. & Lopes, R. (2022). Make the World Yours! Art-Based research in Action in the Cerco do Porto Neighbourhood. In M. Saraiva (ed.). *Urban crime prevention. Multi-disciplinary approaches* (pp.305-326). London: Springer.
- Jeannotte, M. S. (2010). Singing alone? The contribution of cultural capital to social cohesion and sustainable communities. *International Journal of Cultural Policy*, 9 (1), 35-49.
- Jensen, G.F. & Rojek, D.G. (1998). *Delinquency and youth crime*. Long Grove, IL: Waveland Press.
- Jones, S.; Hall, C.; Thompson, P. (2013). Re-presenting the 'forgotten estate': participatory theatre, place and community identity. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 34(1), 118-131.
- Karkou, V. & Glasman, J. (2004). Arts, education and society: the role of the arts in promoting the emotional wellbeing and social inclusion of young people. *Support for Learning*, 19 (2), 57-65.
- Knowles, G.J. & Cole, A.L. (2008). *Handbook of the arts in qualitative research: Perspectives, methodologies, examples, and issues*. London: Sage.

8 Isto devia-se, sobretudo, ao facto de o título de "investigadora" ser perspectivado como uma posição de poder. Contrariar esta representação também se assume como um processo moroso.

- Kusenbach, M. (2003). Street phenomenology: the go-along as ethnographic research tool. *Ethnography*, 4 (3), 455-485.
- Leavy, P. (2019). *Handbook of arts-based research*. London: Routledge.
- Lopes, M. M. (2016). Body storytelling and the performance of memory: Arts-Based-Research and human enhancement. *International Conference on Distributed, Ambient, and Pervasive Interactions*, 257-269. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-39862-4_24
- MacDonald, R. & Shildrick, T. (2007). Street corner society: Leisure careers, youth (sub)culture and social exclusion. *Leisure Studies*, 26(3), 339-355.
- McNiff, S. (2012). Opportunities and challenges in art-based research. *Journal of Applied Arts & Health*, 3 (1), 5-12.
- Matos, M.G. & Tomé, G. (eds.) (2012). *Aventura social: Promoção de competências e do capital social para um empreendedorismo com saúde na escola e na comunidade*. Lisboa: Placebo Editora.
- Miettinen, S.; Sarantou, M. & Kuure, E. (2019). Design for care in the peripheries: Arts-based research as an empowering process with communities. *Nordes: Nordic Design Research*, 8, 1-11.
- Murie, A. & Musterd, S. (2014). Social exclusion and opportunity structures in European cities and neighbourhoods. *Urban Studies*, 41(8), 1441-1459.
- Pais, J.M. (2020). *Jóvenes y creatividad: Entre futuros sombríos y tempos de conquista*. Spain: Moelmo SCP.
- Reeves, L. S., Parsell, C., Liu, S. (2019). Towards a phenomenology of poverty: Defining poverty through the lived experiences of the 'poor'. *Journal of Sociology*, 1-16.
- Renn, O., Reichel, A. & Bauer, J. (Eds.) (2012). *Civil Society for Sustainability. A guidebook for connecting science and society*. Bremen: Europaeishcher Hochschulverlag.
- Saunders, P. (2015). Closing the Gap: The growing divide between poverty research and policy in Australia. *Australian Journal of Social Issues*, 50(1): 13-35.
- Sharp, J., Pollock, V. & Paddison, R. (2005). Just Art for a Just City: Public Art and Social Inclusion in Urban Regeneration. *Urban Studies*, 42 (5-6). <https://doi.org/10.1080/00420980500106963>
- Smirnova, A., & Poluektova, N. (2022). Social arts for recognition: Sociological perspectives on arts and youth identities. In Bos, E. & Huss, E. (Eds.). *Using Art for Social Transformation* (pp. 130-143). London: Routledge.
- Sousa, S.; Farina, T. & Guerra, P. (2022). Turning life into art and art into a way of life. A cross-country perspective about art-based research, critical pedagogy and social intervention. *Education Sciences & Society. Rivista Semestrale*, 13 (1), 68-90.
- Wacquant, L. J.D. (2001). *Os condenados da cidade: Estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro, Editora Revan.

Paula Guerra é doutorada em Sociologia pela Universidade do Porto. É Professora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Investigadora Integrada no Instituto de Sociologia da mesma Universidade (IS-UP) e de outros centros de investigação internacionais.
ORCID 0000-0003-2377-8045.
Contacto: pguerra@letras.up.pt

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 18 de dezembro de 2023.

OLHARES QUE AMPLIAM VOZES: EXPERIÊNCIAS DE FOTOVOZ EM PESQUISA COM JOVENS

Ana Dias Garcia
Universidade do Porto

Resumo

A partir de uma investigação participativa com base em métodos artísticos-criativos desenvolvida com um grupo de jovens entre os 12 e os 17 anos de comunidades consideradas socialmente vulneráveis do Porto, foi proposta uma abordagem fotográfica no processo de pesquisa e intervenção na cidade. Neste contexto, este artigo propõe uma reflexão e um debate sobre as potencialidades do método Fotovoz na compreensão dos múltiplos olhares e das diversas perspetivas dos/as jovens participantes sobre a sua realidade, a forma como se relacionam com as suas comunidades e atuam nelas. Com base nas experiências de Fotovoz procurou-se, ainda, descortinar oportunidades e obstáculos que estas pessoas jovens encontram para se envolver e participar enquanto cidadãos nos locais onde vivem. A utilização de abordagens de dimensão visual na investigação social permitiu uma melhor representação e caracterização de diversos contextos sociais e encorajou a participação das pessoas jovens nos processos de pesquisa e análise crítica e criativa da sua realidade. Este artigo apresenta resultados produzidos no âmbito desta experiência de pesquisa participativa protagonizada pelo grupo de jovens, que revelou desejos de ser visto, ouvido e considerado nos processos de tomada de decisão e na apresentação de propostas de melhoria das suas comunidades.

Palavras-chave: Comunidades Socialmente Vulneráveis; Cidadania; Investigação Participativa com Jovens; Fotovoz

GLANCES THAT AMPLIFY VOICES: EXPERIENCES OF PHOTOVOICE IN RESEARCH WITH YOUNG PEOPLE

Abstract

From a participatory research based on artistic-creative methods developed with a group of young people of 12 to 17 years old from a socially vulnerable community of Porto, a photographic approach was proposed in the process of research and intervention in the city. In this context, this article proposes a reflection and debate on the potential of the Photovoice method for understanding the multiple perspectives of the young participants on their reality, the way they relate to their communities and act within them. Based on the experiences of Photovoice, we also sought to identify opportunities and obstacles which these young people face to become involved and participate as citizens in the places where they live. The use of visual approaches in social research allowed for a better representation and characterisation of different social contexts and encouraged the participation of young people in the processes of research and critical and creative analysis of their reality. This article presents the results produced within the scope of this participative research experience led by the group of young people, who revealed their desire to be seen, heard and considered in decision-making processes and in the presentation of proposals for improving their communities.

Keywords: *Socially Vulnerable Communities; Citizenship; Participatory Research with Young People; Photovoice*

Introdução

Inspirado numa investigação mais ampla desenvolvida entre uma constelação de bairros de habitação pública do município do Porto e uma escola de 2º e 3º ciclos do ensino básico, inserida no programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), o presente artigo traz ao palco do debate os principais resultados de um processo de pesquisa participativa com jovens concretizado com recurso ao método Fotovoz¹. O objetivo passou por observar e compreender que oportunidades e obstáculos encontram estas e estes jovens para a construção das suas aprendizagens, expressões e ações no contexto das suas comunidades, na perspetiva da participação cidadã.

O grupo de pesquisa, composto por vinte e um jovens entre os 12 e os 17 anos, onze rapazes e dez raparigas², foi abordado no contexto da sua Escola e dos seus Bairros, tendo sido convidado e desafiado a envolver-se no roteiro investigativo não apenas como participante, mas também como parceiro de investigação. O grupo participante é constituído maioritariamente por jovens de origem portuguesa, nascidos na cidade do Porto, exceto uma rapariga de 15 anos e um rapaz de 13, ambos nascidos no Brasil e recém-chegados a Portugal, e um rapaz asiático de 13 anos proveniente da República Popular da China. As e os jovens deste grupo são estudantes do 2º e 3º ciclos do ensino básico, sendo a maioria residente em zona periférica da cidade do Porto, pontuada por diversos bairros de habitação social (residências camarárias de renda económica).

O que os dados disponíveis revelam é que uma grande parte destas pessoas jovens vive em contextos sociais vulneráveis afetados pelo desemprego, pela precariedade laboral e pobreza urbana. A população residente nos bairros camarários do Porto representa “um dos segmentos populacionais mais fragilizados (representando já cerca de 13.5% da população residente), mercê dos baixos recursos financeiros e das baixas qualificações” (SINCLAB, 2019, p. 401). O aumento do risco de situações de pobreza, o tráfico e consumo de drogas, a degradação social e material e a estigmatização destas zonas habitacionais constituem alguns dos principais problemas das populações que habitam nestes bairros, sendo, neste cenário, as pessoas mais jovens um grupo particularmente vulnerável (Faria, Ferreira, & Rocha, 2013), situação que se agravou no tempo de pandemia (Machado & Melo, 2020).

Contudo, e apesar deste cenário, para as e os jovens que nele habitam, estes espaços são, na maior parte das vezes, lugares de proximidade, pertença, afetos, relacionamentos sociais entre pares e aprendizagens fundamentais, onde se constroem e reforçam redes identitárias e de apoio, que poderão gerar estratégias coletivas de sobrevivência e mitigação de sentimentos de estigmatização (Queiroz & Gros, 2002). Neste sentido, e salvaguardando a sua dimensão estruturante na vida das pessoas mais jovens, os bairros sociais, ainda que retratados, muitas vezes, de uma forma uniformizante baseada em generalizações, são territórios de complexidades, diversidade humana, histórias e memórias particulares e plurais, que não devem ser ignoradas. São as suas características assentes na tensão entre dinâmicas sociais conflituais e interações descontínuas e o ideal de unidade social de suporte (Simmel, 2016), que acarretam marcas nas e nos jovens, e que nesses contextos se constroem como atores e protagonistas das suas aprendizagens, narrativas e realidades.

A imersão nestes territórios de pesquisa e intervenção permitiu um contacto e conhecimento mais aproximados das experiências individuais e coletivas das pessoas jovens nas suas comunidades e gerar interpretações e representações da(s)

1 O presente artigo baseia-se no trabalho realizado no contexto de um projeto de investigação desenvolvido no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Este projeto foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através de uma bolsa individual de doutoramento com a Ref.^a SFRH/BD/132196/2017.

2 Após a constituição do grupo de pesquisa, foi salvaguardado o anonimato dos e das participantes, que passaram a ser identificados/as por nomes fictícios (*nicknames*) sugeridos por si próprios/as.

realidade(s) da cidade, enquadrando também uma pesquisa ecológica às circunstâncias onde são construídas as suas trajetórias e imaginários. Em consonância com a perspectiva sociológica que percebe as pessoas como atores ativos, criativos e autores das suas histórias, no âmbito do que designou como “sociologia humanista”, Plummer (2001) referiu a importância da subjetividade e criatividade humanas na forma como as pessoas constroem o espaço e a realidade social. Mencionou ainda a necessidade de considerar as experiências humanas concretas, nomeadamente as (inter)ações, tensões, expressões, manifestações de ideias e emoções, como elementos relevantes para a relação com o social; e a necessidade da valorização da diversidade, da justiça social e do envolvimento moral e político no combate à opressão e às injustiças sociais.

Integrando um grupo social plural e heterogêneo, composto por uma multiplicidade de subjetividades e trajetórias individuais, as pessoas jovens são aqui percebidas como seres humanos com as suas próprias particularidades, culturas, interesses, opiniões e formas de atuação (Gaitán & Liebel, 2011; Macedo, 2018, 2009; Pais, 2003; Silva, 2010), com um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades a que pertencem (Campbell & Erbsstein, 2012; Furlong, 2007). Reconhecendo as e os jovens enquanto atores sociais e políticos detentores de direitos, nomeadamente do direito à participação enquanto exercício de cidadania (Macedo, 2018, 2009; Madeira, 2013; Menezes, 2014), o grupo de pesquisa participou como cocriador na pesquisa, apropriando mecanismos metodológicos que possibilitaram aceder às circunstâncias que estes e estas jovens se deparam para atuar e participar nas comunidades que habitam, gerando novos sentidos e sentires.

Neste sentido, por meio de experiências de recolha e geração de dados a partir de métodos visuais participativos, foi possível aceder a vozes não ouvidas e visualizar realidades e pessoas invisibilizadas, envolvendo o grupo participante na pesquisa e, mais uma vez, potencializando a sua participação (Mitchell et al., 2017). No processo de pesquisa, imagens foram captadas e selecionadas pelo grupo participante com o objetivo de, no

contexto de círculos de diálogo, promover interação, reflexão, identificação e análise de diversos pontos de vista, assim como a construção de sentidos (Bignante, 2010). O Fotovoz, enquanto método qualitativo de pesquisa participativa orientada para a ação, assumiu uma relevância estética, reflexiva e criativa, proporcionando espaços diversos de observação crítica e participante (individual e coletiva), que instigaram processos investigativos dialógicos e emancipatórios de construção participada de conhecimento (Garcia, Macedo & Queirós, 2022).

Quando as imagens falam: Fotovoz como ensaio participativo

Sandra Weber (2008, p.41) diz-nos que “(...) o contexto exige ser visto”, tendo em conta que as imagens fazem parte da sociedade e estão presentes nas diferentes dimensões e nos diversos contextos da vida quotidiana, sendo, por isso, recursos relevantes na captação e representação de aspetos sociológicos que, de outra forma, não estariam acessíveis (Banks, 2008). Cientistas sociais têm usado elementos visuais nas suas pesquisas qualitativas, na procura de maior aproximação à realidade, uma observação mais vasta e minuciosa a partir de várias perspetivas, na expectativa de uma melhor compreensão do universo social (Rose, 2016).

O Fotovoz enquanto método de pesquisa e intervenção social supõe a coconstrução de conhecimento, ação e criação de propostas de mudança a partir da expressão de vozes e olhares subjetivos e situados, por meio da produção de imagens que os representam – as fotografias (Catalani & Minkler, 2010; Wang & Burris, 1997). Foi no início da década de 1990, que as investigadoras Caroline Wang e Mary Ann Burris inauguraram o método Fotovoz desenvolvendo-o e implementando-o com o objetivo de envolver pessoas na identificação, representação e reflexão de diversos aspetos das suas realidades, e na elaboração de propostas de melhoria das suas comunidades (Latz, 2017). Com este propósito, o Fotovoz combina a expressão fotográfica, as experiências da realidade social das pessoas participantes, práticas etnográficas,

reflexão crítica e diálogo para compreender, a partir de diferentes perspectivas, dinâmicas de grupos e contextos sociais, educacionais, políticos, culturais e históricos.

Tendo como base a fotografia documental social (Wang et al, 1996); a ideia de ação dialógica e emancipatória (Freire, 2001) assente no questionamento crítico da realidade e diálogo intersubjetivo no sentido da conscientização (Freire, 2001, 2013); e inspirado na teoria feminista, na medida em que encoraja a partilha de poderes e pressupõe a colaboração ativa dos/as participantes, considerando a diversidade das suas vozes, olhares e interpretações da realidade (Mcintyre, 2003, Wang, 1999), o Fotovoz constituiu uma prática que encorajou o grupo participante a desenvolver competências de pesquisa e representar visualmente diferentes aspetos das suas comunidades.

Baseando-se, igualmente, no princípio de que as fotografias educam e informam, podendo fornecer um conjunto de informações significativas sobre a realidade, suscetíveis de serem analisadas e interpretadas (Edwards & Hart, 2004), despertando reflexões e debates, nesta pesquisa, a prática de Fotovoz incentivou e capacitou os/as jovens para participar ativamente e documentar vivências da comunidade no sentido de identificar aspetos que desejariam mudar nela. Acreditando que as pessoas são capazes de construir as suas próprias culturas, aprendizagens, pensamento crítico e produzir ações transformadoras nas suas comunidades (Freire, 2001, 2013), o Fotovoz corporiza um modelo de pesquisa cujo grupo participante assume um papel ativo de coinvestigador.

Compondo um desafio à criatividade e imaginação metodológica, o Fotovoz concede um caráter visual à voz através da apropriação metafórica da realidade e dos elementos que a compõem. Ao proporcionar a oportunidade para a exploração e o aperfeiçoamento de habilidades na operação de câmeras fotográficas, a implementação deste método poderá possibilitar que os/as participantes liderem a pesquisa (Jarldorn, 2019) e tenham liberdade para se apropriar deles criativamente, questionando, atribuindo sentidos, participando, amplificando as suas vozes.

Lugares da cidade a partir de olhares jovens: experiências de Fotovoz

As raparigas e os rapazes do grupo de pesquisa afirmaram que uma das principais razões que as e os levou a participar nesta investigação foi terem percebido que esta seria uma oportunidade para se expressarem, partilharem as suas opiniões, serem ouvidos e “experimentarem atividades diferentes”. Neste sentido, considerando e valorizando os seus interesses, as suas expectativas, a diversidade de suas linguagens, expressões, crenças, opiniões, modos de ser e agir, durante o trabalho no terreno, o grupo de jovens foi ouvido, consultado e considerado nos momentos de decisão sobre diversos aspetos relacionados com a geração de dados. Este princípio foi assegurado na experiência de Fotovoz, em que o grupo interveio no planeamento e decisão de tópicos de discussão, na escolha de possibilidades metodológicas a explorar, assim como na definição de lugares e recursos de pesquisa, e formas de disseminação dos resultados.

Na prática de pesquisa com recurso ao Fotovoz foram colocadas à disposição do grupo participante câmaras fotográficas digitais para que cada jovem tivesse a oportunidade de manusear, explorar e experimentar os equipamentos. Tendo manifestado curiosidade e interesse em aprender a funcionar com mais perícia com as câmaras fotográficas, cada jovem do grupo colocou questões sobre as diversas funcionalidades dos materiais para conseguir captar as imagens como desejava. Todavia, parte do grupo decidiu utilizar a câmara dos seus telemóveis, argumentando maior praticabilidade e facilidade na sua utilização. Assim, equipado com os recursos de captação fotográfica e observando atentamente as suas comunidades enquanto espaços de pesquisa, participação e intervenção, o grupo de jovens desenhou e definiu o percurso fotográfico pelos seus bairros, pela escola e restante cidade, sendo que o papel da investigadora adulta foi de acompanhamento e observação participante. O roteiro desta experiência no terreno está apresentado na **Tabela 1** que se segue.

Tabela 1 – As várias etapas que incorporaram a experiência de Fotovoz.

Etapa / Procedimento	Sessões	Local de Ação
Reunião com o grupo de jovens para familiarização com o material fotográfico, definição dos objetivos e planeamento das sessões no terreno	2	Escola e Centro Comunitário
Observação, captação / recolha fotográfica	5	Bairros e áreas urbanas envolventes / Escola
Reunião para apresentação das fotografias entre o grupo, debate coletivo crítico, análise e interpretação do material	3	Escola e Centro Comunitário
Reflexão conjunta sobre o processo; planeamento da exibição das fotografias	5	
Divulgação dos resultados / exibição das fotografias à comunidade e a decisores políticos locais.	1	Galeria da Casa da Cultura da Autarquia Local; Espaço de Exposições da Galeria da Casa da Cultura de Paranhos, Porto

O grupo de jovens foi desafiado a observar, analisar os espaços de seu quotidiano e identificar aspetos positivos e outros que desejariam melhorar nas suas comunidades. Deste safari fotográfico resultaram 105 fotografias captadas pelos/as jovens, tendo sido selecionadas pelo grupo 30, algumas das quais apresentadas neste artigo.

No que concerne aos aspetos positivos identificados, raparigas e rapazes destacaram aspetos estéticos e artísticos dos espaços, nomeadamente murais e graffitis em locais próximos aos seus bairros. A arte urbana é uma forma de expressão que valorizam, que dizem tornar a cidade mais bonita e as manifestações artísticas mais acessíveis às populações. Os espaços verdes, como parques urbanos arborizados e outros espaços ajardinados, foram outros aspetos considerados pelo grupo como positivos para a paisagem urbana e para todas as pessoas que nela habitam. Ainda como um aspeto positivo, o Kamy fotografou o novo parque infantil contruído no seu bairro, e uma paisagem com menos edificado em altura “onde é possível ver o pôr do sol”. O grupo destacou ainda os percursos pedestres como essenciais para uma mobilidade mais segura e verde, para que as pessoas jovens possam usufruir mais de atividades ao ar livre. Sobretudo o Kamy, Tek, Çalo, Hyro e os/as jovens mais novos/as queixaram-se dos automóveis e do quanto estes restringem a liberdade de crianças e jovens para ocuparem as ruas, nomeadamente para “passear, brincar, andar de bicicleta e skate à vontade!” (Çalo, 15 anos).

Foram principalmente os rapazes que exteriorizaram mais esta preocupação, tendo em conta que são eles quem ocupa e utiliza mais os espaços públicos.

Relativamente aos aspetos que o grupo gostaria de melhorar, a pobreza urbana foi identificada como sendo uma realidade que o afeta em diversas dimensões. Foram captadas imagens de edificado sujo e deteriorado, e foi comentado por um dos rapazes o quanto isso pode ser desqualificante e perigoso para quem circula naqueles espaços. Outros equipamentos públicos, nomeadamente no espaço da Escola, como candeeiros, tampas de saneamento e caixotes de lixo mostram sinais de vandalismo, falta de zelo e manutenção. Os campos de jogos dos seus bairros foram retratados como locais inseguros e abandonados, onde o lixo se acumula no chão e as redes das balizas permanecem há anos destruídas. A Nokas e o Kamy fotografaram cantos sujos, vandalizados e abandonados, destacando-os como locais perigosos e suscetíveis a atividades ilícitas. Foram principalmente as raparigas que reclamaram da insegurança de alguns pontos da cidade, principalmente à noite. Elas partilharam situações em que se sentiram assediadas e vulneráveis enquanto circulavam no espaço público.

O Fruchie e a Bru registaram ainda animais mortos, como ratazanas e gaivotas, nos passeios públicos do bairro. O Tek, um dos rapazes mais velhos, retratou a desorganização dos espaços comuns dos bairros, que são invadidos pelo estacionamento caótico de automóveis, que ocupam espaços que poderiam ser utilizados para crianças e jovens brincarem.



Figura 1. Mural na entrada de um dos Bairros e campo de jogos com as redes deterioradas situado no mesmo bairro (Fotografias de Kamy, 16 anos).

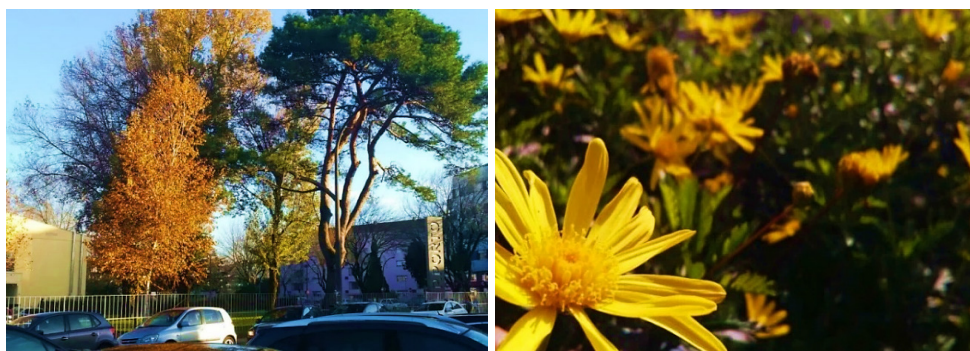


Figura 2. Espaço arborizado nas imediações dos Bairros e da Escola e flores em jardins públicos. (Fotografias de Çalo e Nokas, 15 anos).



Figura 3. Uma ratazana morta no passeio público e o edificado envelhecido de um dos Bairros (Fotografias de Bru, 14 anos, e Hyro, 17 anos).



Figura 4. Sarjeta entupida com lixo e caixote de lixo derretido na zona do recreio da Escola (Fotografias de Smile, 13 anos, e Mia, 12 anos).

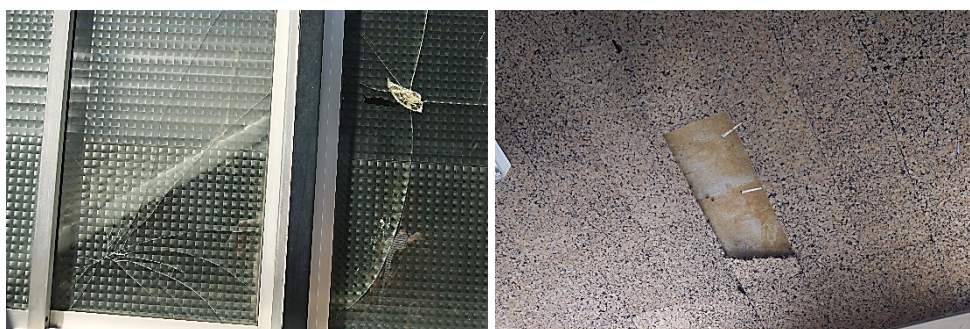


Figura 5. Vidros partidos em janela de sala de aula e pedaços de teto a cair em várias salas da escola (Fotografias de Rapunzel e Mafi, 13 anos).

Por uma cidade mais *Youth Friendly* com arte e espaços verdes

Após a realização da experiência fotográfica no terreno, as e os jovens discutiram sobre as imagens recolhidas e escolhidas, falando sobre as perceções e motivações que levaram à captação de cada fotografia. Tendo como ponto de partida os temas apresentados nas fotografias, estes diálogos incorporaram um processo de interlocução e escuta, que permitiu conhecer as experiências de aprendizagem e participação do grupo de jovens nas suas comunidades, suas perspetivas, desafios e desejos.

Os resultados da experiência de Fotovoz foram organizados e sintetizados através de análise de conteúdo, que incorporou a transcrição e leituras minuciosas dos diálogos estabelecidos durante as

sessões; a observação e compreensão de climas de interação; a identificação de atitudes e motivações do grupo perante a experiência; a captação dos elementos mais fotografados e representados visualmente; a identificação de temas emergentes; o cruzamento das diversas perspetivas e posições perante os temas; a interpretação e inferências. Esta análise corroborou o desejo destes e destas jovens por uma cidade mais Youth Friendly, onde possam ser vistos/as e ouvidos/as, considerados/as na criação de propostas e nos processos de tomada de decisão em assuntos que os/as afetam. Por outro lado, esta prática de pesquisa salientou a necessidade de apropriação por parte das pessoas jovens dos diversos espaços públicos, enquanto espaços de liberdade e manifestação, e o sentimento geral de exclusão desconsideração dos/as mais jovens nos momentos de discussão e

decisão sobre questões que lhes dizem respeito, seja no contexto de Escola ou da gestão local, como é o caso da Junta de Freguesia ou Câmara Municipal.

A partir dos debates coletivos sobre as várias fotografias emergiram temas-chave como a pobreza e insegurança urbana, a justiça ambiental e a relevância das áreas verdes, a dimensão ética e estética dos espaços públicos, e a democratização do acesso à arte e à cultura, especialmente no contexto das comunidades mais carenciadas. Podemos ver estes pontos sistematizados na **Tabela 2**.

Tabela 2 – Temas-chave identificados na análise de conteúdo

Justiça Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Mais espaços verdes com menos tráfego motorizado (melhor mobilidade e maior qualidade ambiental) - Contacto próximo com a natureza: mais parques “para piqueniques e para relaxar”
Pobreza e Insegurança Urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Reivindicação de espaços seguros, organizados e não poluídos - Necessidade de reabilitação de edifícios de habitação
Street Art	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades de expressão / comunicação - Dimensão estética e criativa na cidade - Acesso à arte no espaço público
Acesso a Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Mais espaços para experiências ao ar livre (desportos, jogos...) - Disponibilidade de espaços de encontro e convívio com acesso gratuito a cultura (música, cinema...) para jovens

Numa fase posterior, as fotografias tiradas pelo grupo de jovens foram impressas, apresentadas a responsáveis pelo pelouro da cultura e educação da Junta de Freguesia local, e exibidas numa exposição pública na galeria da Casa da Cultura da autarquia. Na abertura da exposição, e a partir do material visual apresentado, proporcionou-se um debate entre as pessoas jovens, representantes da gestão local e investigadoras da Universidade do Porto, familiarizadas com o trabalho de investigação com jovens. A intenção foi encorajar um espaço de expressão, comunicação e participação onde as pessoas jovens pudessem ser vistas, ouvidas e consultadas por decisores políticos ligados à gestão local. Desta forma, através das suas fotografias, o grupo chamou à atenção para aspetos a melhorar na sua realidade, procurando influenciar e contribuir para uma mudança positiva na vida das comunidades a que pertencem.

Esta experiência proporcionou ao grupo de jovens a oportunidade de poder colaborar e participar ativamente na pesquisa e no processo de mudança das suas comunidades, facilitando a coconstrução de processos de escuta das pessoas participantes, e o acesso às suas realidades, histórias, experiências, perspetivas, opiniões e desejos. Nos momentos de diálogo que advieram após a recolha de imagens, o desenvolvimento de consciência crítica (Freire, 2013) e criativa constituiu um dos pontos fortes do processo. A interação e partilha de experiências, ideias, saberes e pontos de vista enriqueceram a experiência de pesquisa e proporcionam sentimentos de maior coesão entre o grupo. Deste modo, foi possível observar que as pessoas envolvidas puderam adquirir mais confiança para se expressar, afirmar, defender e reivindicar as suas perspetivas e propostas (Wang et al, 2004; Wang, 2006).

Considerações Finais

Tendo como base uma investigação participativa baseada em métodos artísticos e orientada para a ação, desenvolvida com jovens de zonas socialmente frágeis do Porto, procurou-se, a partir do método Fotovoz, observar e compreender que condições encontram estas e estes jovens para a construção das suas aprendizagens, expressões e ações no contexto das suas comunidades, na perspetiva da participação enquanto exercício de cidadania.

Neste estudo, evidencia-se que a apropriação por parte das e dos jovens de métodos visuais como o Fotovoz e, simultaneamente, de espaços públicos comunitários, permitiu a construção de retratos socioeducativos, que refletem circunstâncias, oportunidades e adversidades quotidianas, as quais influenciam as suas construções e práticas cidadãs. O Fotovoz gerou um processo dinâmico de aprendizagem e expressão, no qual cada jovem participante pesquisou, refletiu e representou visualmente a sua escola, bairro e cidade, partilhando particularidades, que, algumas delas, traduzem experiências coletivas, proporcionando aos grupos a oportunidade de cruzar pontos de

vista e construções de sentidos sobre diversos aspetos socioespaciais. Esta experiência permite concluir que os métodos visuais de pesquisa poderão constituir ferramentas criativas e empoderadoras, potenciando maior consciência individual e coletiva de aspetos positivos e a mudar nas comunidades. Refira-se ainda que os diálogos e debates abertos resultantes destas experiências concretizaram possibilidades de expressão e participação da parte das e dos jovens, inclusive, em contextos (mais) públicos e face a responsáveis por decisões políticas ligados à gestão local. Aqui, exploraram-se e partilharam-se diferentes olhares e reflexões acerca da escola, dos bairros e da cidade, e ensaiaram-se eventuais soluções para enfrentar desafios com os quais as e os jovens se deparam e que necessitam de maior atenção por parte da sociedade como um todo.

A exposição pública do material fotográfico produzido pelas pessoas jovens no âmbito da pesquisa revelou-se particularmente importante, ao reunir raparigas e rapazes do grupo de pesquisa, representantes da gestão local e investigadoras da Universidade do Porto. Possibilitou que as e os jovens apresentassem as suas coproduções explicando e relacionando perspetivas, expondo desafios e propondo ideias. Naquele espaço de expressão, comunicação e participação onde as pessoas jovens puderam ser vistas, ouvidas e consultadas, estas manifestaram sentir-se encorajadas, confiantes e empoderadas por terem participado.

Considerando a dimensão participativa desta pesquisa com jovens e a prática emancipatória e comprometida com a transformação social, o Fotovoz possibilitou, ainda, a aproximação e cooperação entre as pessoas envolvidas na investigação – investigadora adulta e jovens participantes-parceiros/as de pesquisa – incentivando a partilha de poderes, interações horizontais, abertas e plurais (Jarldorn, 2019; McPherson & Mazza, 2014). Paralelamente, ao longo desta experiência metodológica, o grupo foi capaz de aperfeiçoar as suas competências técnicas de captação e expressão fotográfica, estimular a criatividade e apurar a sensibilidade estética, no sentido de uma comunicação e ação mais eficazes e apelativas.

Deste modo, torna-se urgente alargar os espaços públicos de participação de jovens para além do que é estipulado pelo seu papel enquanto estudantes, alargando as suas ações e aprendizagens fora da escola (Madeira, 2013). Para construir uma cidade inclusiva, democrática e participativa, é necessário proporcionar espaços diversos de aprendizagem colaborativa e saber incluir a contribuição das pessoas jovens (Garcia, Macedo, & Queirós, 2019). Para além de compreender e reconhecer a diversidade social de zonas urbanas marginalizadas, é crucial reconhecer o valor e o papel que as e os jovens poderão ter na estrutura social e nos processos de (re)construção das comunidades.

Referências Bibliográficas

- Banks, M. (2008). *Using Visual Data in Qualitative Research*. Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9780857020260>
- Bignante, E. (2010). The use of photo elicitation in field research. *EchoGéo*, (11), 1-20. <https://doi.org/10.4000/echo-geo.11622>
- Campbell, David, & Erstein, Nancy. (2012). Engaging youth in community change: three key implementation principles. *Community Development*, 43(1), 63 – 79. <https://doi.org/10.1080/15575330.2011.645042>
- Catalani, C., & Minkler, M. (2010). Photovoice: A Review of the Literature in Health and Public Health. *Health Education & Behavior*, 37(3), 424 – 451. <https://doi.org/10.1177/1090198109342084>
- Edwards, E., & Hart, J. (2004). *Photographs Objects Histories on the Materiality of Images*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203506493>
- Faria, A., Ferreira, C., & Rocha, E. (2013). *Monitorização Social do Porto 2013*. Direção Municipal do Urbanismo – Câmara Municipal do Porto.
- Freire, P. (2013). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Educação e Mudança*. Paz e Terra.
- Garcia, A., Macedo, E., & Queirós, J. (2022). “If I had power, I would stop injustices in the world”: Photovoice’s experiences with young people from disadvantaged urban communities. *Community Development*. <https://doi.org/10.1080/15575330.2022.2131860>
- Garcia, A., Macedo, E., & Queirós, J. (2019). Roteiros de coconstrução de conhecimento, expressão e participação: Como pessoas jovens (re)criam cidadania? *Praxis Educativa*, 14(3), 1230-1250.
- Furlong, Andy, & Cartmel, Fred. (2007). *Young People and Social Change*. Berkshire: Open University Press.
- Gaitán, Lourdes, & Liebel, Manfred. (2011). *Ciudadanía y*

- derechos de participación de los niños. Madrid: Univ. Pontificia de Comillas Ed. Síntesis.
- Jarldorn, M. (2019). *Photovoice Handbook for Social Workers: Method, Practicalities and Possibilities for Social Change*. Palgrave Pivot. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-94511-8>
- Latz, A. (2017). *The Photovoice Research in Education and Beyond: A Practical Guide from Theory to Exhibition*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315724089>
- Machado, I., & Melo, S. (2020). (Re)Inventar a Intervenção Social em Contexto de Pandemia (Vol. 4). Universidade do Porto, Faculdade de Letras. <https://hdl.handle.net/10216/128973>
- Macedo, E. (2018). *Vozes jovens entre experiência e desejo: Cidadania educacional e outras construções*. Afrontamento.
- Macedo, E. (2009). *Cidadania em Confronto: Educação de Jovens Elites em Tempo de Globalização*. Legis Editora.
- Madeira, R. (2013). A Participação das Crianças na esfera pública: a desigualdade social como desafio. *Rediteia* (46) – Bem-Estar Infantil – Revista de Política Social, 147-165.
- Mcintyre, A. (2003). Through the Eyes of Women: Photovoice and participatory research as tools for reimagining place. *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, 10(1), 47 – 66. <https://doi.org/10.1080/0966369032000052658>
- Menezes, I. (2014). Fazer política por outros meios? In E. Macedo (Coord.), *Fazer Educação, Fazer Política: Linguagem, resistência e ação* (Vol. Querer Saber, pp. 19-36). Legis. <https://doi.org/10.5585/eccos.n41.6712>
- Mitchell, C, Lange, N., & Moletsane, R. (2017). *Participatory Visual Methodologies: Social Change, Community and Policy*. Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9781526416117>
- Pais, José Machado. (2003). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Queiroz, M. C., & Gros, M. C. (2002). *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*. Campo das Letras.
- Rose, G. (2016). *Visual Methodologies: An Introduction to Researching with Visual Materials*. Sage. <https://doi.org/10.1177/1468798419896175>
- Silva, Sofia Marques da. (2010). *Da Casa da Juventude aos Confins do Mundo: Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento.
- Simmel, G. (2016). *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Edição Digital: Titivillus – Epublibre.
- SINCLAB, Social Inclusion Laboratory. (2019). *Diagnóstico à realidade social do Porto: o cenário em 2018*. Câmara Municipal Do Porto.
- Wang, C. (2006). Youth Participation in Photovoice as a Strategy for Community Change. *Journal of Community Practice*, 14(1/2), 147 – 161. https://doi.org/10.1300/J125v14n01_09
- Wang, C, Morrel-Samuels, S., Hutchinson, P., Bell, L., & Pesronk, R. (2004). Flint Photovoice: Community Building Among Youths, Adults, and Policymakers. *American Journal of Public Health*, 94(6), 911-913. <https://doi.org/10.2105/ajph.94.6.911>
- Wang, C. (1999). Photovoice: A Participatory Action Research Strategy Applied to Women's Health. *Journal of Women's Health*, 8(2), 185 – 192. <https://doi.org/10.1089/jwh.1999.8.185>
- Wang, C., & Burris, M. A. (1997). Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health, Education and Behaviour*, 24(3), 369-387. <https://doi.org/10.1177/109019819702400309>
- Wang, C., Ling, Y. Y., & Ling, F. M. (1996). Photovoice as a tool for participatory evaluation: the community's view of process and impact. *Journal of Contemporary*, 4, 47 – 49.
- Weber, S. (2008). Visual Images in Research. Em J. G. Knowles, & A. L. Cole (Eds.), *Handbook of the Arts in Qualitative Research – Perspectives, Methodologies, Examples and Issues* (pp. 41-53). Sage Publications, Inc. <http://dx.doi.org/10.4135/9781452226545.n4>

Ana Dias Garcia Doutorada em Ciências da Educação, é investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4723-8561>
Contacto: agarcia@fpce.up.pt

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 13 de dezembro de 2023.



COMUNIDADES CRIATIVAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL: LABORATÓRIOS DE POLÍTICAS E PRÁTICAS TERRITORIALIZADAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

Sofia Marques da Silva
Universidade do Porto

Resumo

Entre 2017 e 2020 desenvolveu-se o projeto Comunidades Criativas para a Inclusão Digital (CCID) no âmbito do Eixo Inclusão da iniciativa interministerial INCoDe.2030. Aquele projeto corporizou modelos de inclusão digital territorializados dirigidos a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade quando consideramos o acesso e a utilização do mundo digital. As CCID assentaram numa abordagem com sensibilidade regional que procurou, através de um trabalho em rede e colaborativo, desenhar e desenvolver soluções de base comunitária, diminuir as desigualdades de acesso, utilização e competência digital, reconhecendo que há oportunidades irregularmente distribuídas. Desenvolvem modelos de inclusão digital a partir dos contextos locais, tomando em consideração a sua diversidade de problemas e populações, de realidades sociais e geográficas, e de recursos e saberes de natureza diversa. As CCID enquadram-se nas metodologias participativas nas perspetivas de Stanton (2014) e Genat (2009) que procuram promover a formação e o desenvolvimento da capacidade local, imprimindo à prática uma dimensão reflexiva. Esta reflexividade permitiu examinar os processos de construção de estratégias de inclusão digital de forma colaborativa, estimulando comunidades de conhecimento. Também permitiu discutir a pertinência e valor social destas iniciativas de base comunitária e cuja medição de impacto é difícil.

Palavras-Chave: Inclusão Digital, Comunidades Criativas para a Inclusão Digital, Metodologias Participativas

CREATIVE COMMUNITIES FOR DIGITAL INCLUSION: TERRITORIALISED POLICY AND PRACTICE LABORATORIES FOR DIGITAL INCLUSION

Abstract

Between 2017 and 2020, the Creative Communities for Digital Inclusion (CCID) project was developed as part of the Inclusion Axis of the INCoDe.2030 interministerial initiative. This project included territorial models for digital inclusion that targeted populations at risk in terms of access to and use of the digital world. The CCIDs were based on a regionally sensitive approach that aimed to design and develop community-based solutions through networking and collaboration, reduce inequalities in access, use, and digital literacy, and recognise that opportunities are unequally distributed. They develop models for digital inclusion based on the local context, taking into account the diversity of issues and populations, social and geographic realities, and different resources and knowledge. CCIDs fall within the participatory methodologies in the sense of Stanton (2014) and Genat (2009), which focus on promoting training and building local capacity, bringing a reflexive dimension to the practice. This reflexivity made it possible to explore how digital inclusion models can be built collaboratively by creating communities of shared knowledge. It also made it possible to discuss the relevance and social value of these community-based initiatives, whose impact is difficult to measure.

Keywords: Digital Inclusion, Creative Communities for Digital Inclusion, Participatory Methodologies

INTRODUÇÃO

Democratizar o acesso à tecnologia coloca-se, hoje, como uma questão de justiça. As tecnologias digitais atravessam a maioria dos contextos e práticas do quotidiano de uma significativa parte da população mundial já que as mais variadas ações que realizamos no nosso quotidiano migraram para contextos online. Assim, tendo em consideração que estamos perante mudança disruptiva, que se integra numa mudança rápida de paradigma em termos sociais, a questão que se coloca é como preparamos as pessoas na sua diversidade para uma transição mais justa. Neste contexto, a literacia digital tornou-se fundamental para dominar tarefas diversificadas no campo da educação, da administração pública, da comunicação, do mundo do trabalho, da saúde e até do lazer. Sendo a literacia digital indispensável à sobrevivência na era digital (Eshet-Alkalai, 2004), tem-se procurado garantir que as pessoas na sua diversidade tenham acesso a um conjunto de competências que lhes permita apropriarem-se de forma segura e autónoma das possibilidades que o mundo digital proporciona. Os benefícios associados à experiência digital têm-se traduzido num conjunto de esforços em vários níveis de governança, quer ao nível de orientações de diferentes organizações e organismos à escala global e europeia, quer ao nível de políticas públicas de carácter mais nacional, até a iniciativas mais pontuais de vários quadrantes da sociedade civil. Tem-se considerado que o investimento público nas pessoas em termos de conhecimentos, competências e capacidades digitais é uma questão de inclusão, de cidadania e de justiça social.

Os desafios que se têm colocado às políticas e múltiplas iniciativas e programas que delas decorrem, como os programas de inclusão digital, têm sido os decorrentes da diversidade de respostas que são necessárias implicando, por um lado, abordagens com flexibilidade capazes de responder a necessidades de diferentes tipos de populações, com diferentes necessidades, vulnerabilidades e lugares sociais, e, por outro lado, que possam contribuir para um desenvolvimento

equilibrado e sustentável, preparando a sociedade adequadamente para o presente e para o futuro.

O projeto Comunidades Criativas para a Inclusão Digital (CCID) foi desenvolvido no Eixo 1 Inclusão, da iniciativa interministerial a INCoDe.2030¹, e tinha como objetivos reconhecer, promover e coordenar ações que promovessem a inclusão digital de população portuguesa em situação de maior vulnerabilidade e longe do digital. As CCID procuravam contribuir para o desenvolvimento de comunidades digitalmente inclusivas: “aquelas que podem criar e promover oportunidades para que uma diversidade de pessoas de uma sociedade possa ter acesso e utilizar de forma crítica, segura e autónoma as tecnologias digitais, beneficiando delas, aumentando as oportunidades de participação e cidadania” (Silva, 2018, p. 34). Este conceito de intervenção de base comunitária pretendeu desenvolver modelos/abordagens de inclusão digital, reconhecendo que existe um acesso e, sobretudo, uma apropriação desigual a oportunidades disponíveis no âmbito do domínio das tecnologias digitais e, portanto, como menos possibilidades de explorar os seus benefícios (Baena & Rachiq, 2018; Ragnedda et al., 2022).

As CCID focavam-se em grupos populacionais em situação de vulnerabilidade por uma diversidade de razões: sociais, etárias, linguísticas, com necessidades especiais, dissimetria regional, diversidade cultural e linguística (minorias, migrantes), em risco, desemprego, etc. Considerava-se, em alinhamento com a literatura, que pessoas em situação de vulnerabilidade também são as que estarão numa situação de exclusão digital, sendo evidente o reforço mútuo da exclusão digital e da exclusão social e, conseqüentemente, o risco destes grupos serem deixados para trás (Ragnedda et al., 2022). Perante tal diversidade, uma possível resposta, ainda que com linhas comuns, teria que ser multidimensional, situada e capaz de integrar no seu desenho aspetos específicos de populações e territórios com o objetivo de consolidar a

¹ Ação integrada de política pública focada no desenvolvimento de competências digitais. Para mais informações: <https://www.incode2030.gov.pt/incode-2030/>

capacidade local para responder aos desafios da inclusão digital. Por inclusão digital entendia-se um fenómeno compósito que incluía questões de acesso, os modos diferenciados como cada pessoa utiliza as tecnologias digitais, as competências que têm, mas também considera os contextos sociais, bem como redes de apoio em que as pessoas se integram (Helsper, 2017; Ragnedda et al., 2022).

Assim, entre inícios de 2017 e finais de 2019, desenvolveu-se, através de uma abordagem participativa de investigação-ação, o conceito de CCID que configurou a territorialização de uma política de nível nacional assente numa abordagem de proximidade e simetria ética (Groundwater-Smith et al., 2015), aspetos cruciais em contextos de vulnerabilidade. Este conceito deu origem ao desenvolvimento de vários projetos de CCID em diferentes contextos do Norte e Centro do país, com implicação direta da INCoDe.2030 no terreno.

O projeto das CCID incluiu três momentos de desenvolvimento – conceção, experimentação e avaliação – tendo dado origem a modelos abertos e diferenciados de inclusão digital, de acordo com as organizações e as populações em situação de vulnerabilidade. Estes modelos que emergem do terreno representam abordagens situadas e contextualizadas e, de alguma forma, indiciam a relevância de abordarmos a exclusão digital considerando a ecologia socio-digital das populações (Helsper, 2017). Esta contribuição pretende dar a conhecer o projeto das CCID nas suas diferentes fases, e plano de desenvolvimento no terreno, enquadrando este exercício numa reflexão teórica e metodológica que se espera que possa contribuir para pensar no valor social de iniciativas de inclusão digital de base comunitária e assente em compromissos partilhados de organizações e pessoas.

1. Inclusão digital é uma questão de cidadania e justiça social

As tecnologias digitais, e em particular a internet, têm aberto possibilidades em diversos setores da sociedade e influenciado desde políticas, a formas de nos relacionarmos, comunicarmos e

aprendermos. Especificamente, as transformações que o digital tem provocado no nosso quotidiano são palpáveis: na maneira como desenvolvemos uma relação mais próxima e eficaz com os serviços públicos, quer na área da administração pública, quer na área da saúde; na forma como reconfiguramos as interações sociais e comunitárias; na forma, sem precedente, como temos acesso a fontes de informação e de conhecimento; no modo como estão disponíveis modalidades de educação e de formação que parecem talhadas para cada indivíduo que define o seu próprio percurso; nas diferentes possibilidades de participação social, cívica e política com dinâmicas simultaneamente locais e globais. Contudo, estas e outras vantagens que as tecnologias digitais proporcionam não são reconhecidas por uma parte significativa da população, nomeadamente por quem se encontra numa situação de vulnerabilidade social. Uma maior disponibilidade de internet e de ferramentas e tecnologias digitais convive com um fosso digital entre populações que utilizam e beneficiam de forma diferenciada das oportunidades. Ainda que aquele fosso se tenha reduzido em amplitude, ele está mais profundo e polarizado (Grishchenko, 2020). Reconhecendo que as oportunidades de acesso ao mundo digital e seus benefícios não estão igualmente repartidas, considera-se que, para além de ser necessário o acesso à rede, garantindo-se qualidade, abrangência territorial e condições para a sua utilização (espaços, ferramentas, etc), é necessário assegurar que a população, na sua diversidade, tenha as competências necessárias para beneficiar de oportunidades que o acesso e utilização do digital trazem. Ao mesmo tempo que aumenta a nossa interação com as tecnologias digitais e a internet aumenta também a responsabilidade de um Estado em evitar a exclusão e a discriminação digital de parte da sua população, na medida em que “os benefícios do desenvolvimento tecnológico não podem ser capitalizados apenas por um grupo limitado de pessoas e contextos” (Silva, 2018, p. 34)

Considera-se que um menor acesso e uma menor utilização de meios digitais e não ter competências digitais constitui, na contemporaneidade, uma barreira ao exercício pleno da cidadania e ao

acesso a oportunidades sejam de educação e formação, de emprego, de bem-estar e de participação. Este menor acesso e utilização pode resultar de uma diversidade de fatores e condições a que uma sociedade e as suas populações podem estar sujeitas, mas existem grupos de pessoas que, porque são mais velhas, desempregadas, com baixa escolaridade, de minorias étnicas, com deficiência ou mobilidade reduzida, estão numa situação de maior vulnerabilidade.

Os benefícios acima assinalados e que são apenas alguns dos que se poderiam enumerar podem contribuir para uma maior inclusão social e, até, uma maior coesão social. A cidadania digital, como a cidadania em geral, é uma condição que só ganha consistência quando praticada ao nível do nosso quotidiano (Biesta et al., 2009), tornando-se relevante demonstrar junto de grupos que estão sistematicamente mais afastados do digital as vantagens que podem ter nas suas vidas.

Discutir processos de inclusão digital envolve uma análise daqueles que são os determinantes que intensificam processos exclusão social e, em particular, dos circuitos da economia digital (Grishchenko, 2020). A preocupação em considerar este quadro de análise é fundamental quando estamos perante uma diversidade de populações que têm uma relação pouco sólida ou mesmo inexistente com o digital. Sabermos os fatores que explicam os motivos pelos quais há determinadas pessoas que não se relacionam com as tecnologias digitais pode ajudar a delinear práticas mais adequadas, bem como a percebermos melhor quais as características dos utilizadores que explicam uma maior resistência à redução das desigualdades em termos digitais.

Na análise dos determinantes que de forma estrutural e sistémica contribuem para a exclusão digital, como de outro tipo de exclusão, importa considerar uma perspetiva multidimensional. Conhecer os padrões de exclusão digital obrigada a considerar que não estamos apenas perante aspetos relacionados com o acesso ou a utilização em termos individuais. Nguyen, Hunsaker e Hargittai (2022) chamam a atenção para a importância de não se tomarem grupos de pessoas, por exemplo pessoas idosas, como grupos homogéneos, já que os níveis

de capital social, como nível de escolaridade ou socioeconómico, e o nível de competências que têm exercem influência sobre o modo como usufruem da internet. Fatores, desde os relacionados com o custo que adquirir dispositivos e ferramentas acarretam; não terem conhecimento claro sobre as vantagens e utilidade de se relacionarem com o digital; terem interesse, mas não saberem procurar ajuda, ou terem níveis elevados de desconfiança terão de ser considerados (Shi et al., 2023). A mudança das perceções que pessoas menos próximas do digital têm sobre o mesmo pode ser estimulada através de estratégias que demonstrem os resultados de um investimento das pessoas, e da utilidade desse saber nas suas vidas. Estudos recentes têm demonstrado os benefícios em diferentes populações, nomeadamente em adultos mais velhos, da utilização da internet, por exemplo, contribuindo para reduzir o isolamento, envolverem-se em interações com mais frequência e o aumento do seu bem-estar (Cotten et al., 2022; Pinheiro et al., 2020; Nguyen et al., 2022; Shi et al., 2023).

A inclusão digital de populações em situação de vulnerabilidade não parece ser resultado de atos isolados, rápidos, ou focados no indivíduo. Tem-se apontado para a importância de um ecossistema de suporte, social e técnico, que crie ambientes facilitadores da adesão ao digital, mas igualmente a relevância de iniciativas sustentadas em pedagogias de envolvimento comunitário (community-engaged pedagogies; Purcell, 2017; Shah et al., 2018).

2. O projeto comunidades criativas para a inclusão digital: um conceito e uma experiência situada

As diferentes ações do Eixo Inclusão da iniciativa INCoDe.2030 procuravam “promover o acesso equitativo às tecnologias digitais e o desenvolvimento de competências digitais para aceder, selecionar e apropriar-se de informação, para comunicar ou interagir em segurança”².

² Apresentação pública disponível em: https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/files/ccdr2018_-_eixo_1sms.pdf

A população vulnerável em termos digitais que foi sendo identificada numa primeira fase, de conceção, interseção de múltiplas vulnerabilidades e, logo, de outras formas de exclusão, como sendo os baixos rendimentos e condição de pobreza, a baixa escolaridade, contextos de interior e de baixa densidade, associados a situações de envelhecimento e mobilidade interna, solidão e isolamento, situações de precariedade laboral, vulnerabilidades associadas a situação de minoria étnicas, refugiados ou migrantes ou ainda decorrentes de situações de risco.

Dada a natureza das populações que compreendem o foco do Eixo Inclusão, considerou-se que uma abordagem ecológica seria aquela que melhor poderia responder aos objetivos. Assim, o conceito de CCID seria organizado em torno do desenvolvimento de comunidades digitalmente inclusivas que consideram as diferentes ecologias das pessoas e não centrando a intenção da ação num nível individual.

O risco e exclusão digital é influenciado e reforçado por condições que estão para além do digital, como as sociais, culturais, económicas ou demográficas, sublinhando-se, por isso, a relevância de considerar aquelas condições quando se procura resolver os três níveis de fosso digital (van Deursen & van Dijk, 2019): o acesso à internet (banda larga de qualidade); o acesso material (ter capacidade de adquirir dispositivos, software, etc); e os benefícios da utilização da internet. Neste alinhamento, as CCID, procuraram considerar na sua conceção, desenvolvimento e avaliação estas dimensões.

2.1. Momentos de desenvolvimento das CCID

Momento 1 – Desenvolvimento do conceito e da abordagem – durante 2017

Esta etapa de desenvolvimento do conceito implicou o mapeamento de iniciativas para a Inclusão Digital, a nível nacional, já no terreno. Esta exploração em torno de esforços no terreno, deu conta da distribuição nacional de iniciativas em diferentes escalas e abrangendo diferentes tipos de populações, bem como revelou

a diversidade de organizações, entidades, grupos de pessoas que se agregam em torno destas preocupações de inclusão digital. O mapeamento, que se valeu de análise documental online e de um pequeno questionário enviado a todas as juntas de freguesia do país, permitiu também verificar a relevância de intervenções numa malha social mais fina, quais as prioridades em torno das quais se ativam, mas também deu conta do carácter mais precário e avulso de muitas ações já que ou eram de curta duração ou sobreviviam com recursos mínimos, quer humanos, quer materiais. Por fim, mostrou, na altura, a inexistência de acesso de qualidade à internet em vários territórios do país. Contudo, este exercício também deu conta de algumas iniciativas que se destacaram pela sua robustez, pela sua consolidação no tempo e pelo seu potencial de replicabilidade, aspetos que foram tomados em consideração. Assim, esta etapa para conhecer ações prévias e reconhecer o seu papel social foi fundamental para um conceito e desenho do projeto das CCID que fosse ajustado e fizesse sentido junto de contextos que não têm iniciativas e de outros que já desenvolvem trabalho nesta área. Por exemplo, muitos projetos que já existem em desenvolvimento podiam ser acelerados com a introdução do foco das tecnologias digitais de forma mais consistente.

Assim, compreendemos que o trabalho se torna mais sólido e mais sustentável quando assenta em redes já existentes e com forte implantação no tecido social das regiões e onde os intervenientes têm papéis bem identificados.

Momento 2 – Desenvolvimento de laboratórios de CCID – ano de 2018

Esta etapa foi o momento para colocar no terreno alguns projetos de CCID, servindo as primeiras experiências como laboratórios para averiguar como colocar no terreno o conceito de CCID.

Predominantemente, durante 2018 desenvolveram-se cerca de 10 experiências pilotos de CCID que corporizaram dinâmicas distintas, sendo algumas criadas de raiz e outras reforçando dinâmicas locais já existentes, envolvendo instituições de natureza muito diversa, criando e formando uma

rede de mentores/as, constituída por diferentes pessoas técnicas quer de autarquias ou outras organizações, quer pessoas da sociedade civil, em particular jovens estudantes do ensino superior.

O papel da equipa da INCoDe.2030 trabalhou nos contextos de forma colaborativa com as equipas ativadoras do projeto no terreno, e também de forma colaborativa foram sendo criados instrumentos de diagnóstico, de monitorização, planos de ação, conteúdos de sessões de formação para mentores, entre outros, que foram sendo disponibilizados entre todas as CCID, beneficiando sempre de melhorias e de ajustes que se foram fazendo. Como já referido, o plano de ativação de uma CCID, bem como os diferentes modelos que posteriormente vieram a ser concetualizados emergiram do trabalho de campo e de forma participativa. A concretização de uma CCID num determinado contexto compreendia cinco fases, desde o conhecimento do terreno, ativação de parcerias e escolha de modelo de ação, colaboração na planificação e formação, até à implementação.

Durante este segundo momento várias ações comuns foram desenvolvidas para e com cada contexto de CCID focadas em aspetos de dimensão pedagógica, social e digital com diferentes intervenientes das CCID. Assim, em cada contexto desenvolveram-se e testaram-se as seguintes ações: (i) Ações sobre trabalho em rede e colaborativo envolvendo as pessoas que tinham a responsabilidade de coordenação local; (ii) Cursos breves de Formação Certificada de Mentoria para a Inclusão Digital de população vulnerável (em processo de acreditação e modalidade b-learning) – dirigida às pessoas envolvidas nos processos de mentoria para a inclusão digital, que tinham como responsabilidade apoiar as ações de capacitação e que eram, de um modo geral, estudantes do ensino superior, do final do secundário, dos cursos profissionais ou técnicos; (iii) Workshops de Mentoria Júnior para a inclusão digital, dirigidos a mini mentores/as e que envolviam crianças e jovens que eram mentores de outras gerações mais velhas e a participar em projetos intergeracionais; (iv) Ações de Capacitação Digital era a ação direta junto das diferentes tipologias de população em situação de vulnerabilidade e que

cada CCID definia como prioridade; Workshops de peer learning para a inclusão digital e que eram organizados entre equipas de CCID em estádios de desenvolvimento diferentes com o sentido de transferir conhecimento.

Momento 3 – Avaliação, equacionar a expansão e a transferência – ano 2019

Durante este terceiro momento, para além da continuidade dos pilotos no terreno, também foi o tempo de monitorização do processo e de avaliação interna do Eixo 1 – Inclusão, da INCoDe.2030 e de análise sobre o processo de construção das CCID, no sentido de se equacionarem estratégias para uma futura expansão e uma maior escala. Foi igualmente durante esta fase que se concetualizaram diferentes tipologias de CCID que emergiram do terreno, refletindo aquele que era o principal propósito das CCID, enquanto conceito: a possibilidade de cada contexto concretizar uma CCID de forma apropriada e territorializada, valendo-se do conhecimento situado sobre as suas pessoas, organizações e desafios.

Uma reflexão final, interna do Eixo, mas também com o envolvimento de um conjunto de organizações que num encontro em Beja, intitulado O investimento na inclusão digital e a diversidade de seus efeitos e valor social, económico e cultural³ reuniram para avaliar dois anos de trabalho, permitiu discutir não só o possível impacto que este tipo de iniciativas tinha: capacidade de mobilizar em escalas pequenas e médias um conjunto de entidades e organizações disponíveis para potencializar recursos e serviços, de motivar a sociedade civil para se mobilizar em torno de um desafio social, visível nos estudantes do ensino superior que se voluntariaram para serem mentores nos diferentes projetos de CCID. Também se avaliou a incapacidade deste tipo de iniciativas em ter uma escala

³ O encontro foi da iniciativa do Eixo 1 Inclusão da Iniciativa INCoDe2030 e realizado no Instituto Superior de Beja no dia 14 de maio, com a organização conjunta da coordenação do Eixo e de Sofia Sousa Brito, Prof. Adjunta do IPB. Ente encontro reuniu cerca de trinta entidades da área das tecnologias, instituições de ensino superior, estruturas intermédias de governação, entre outras.

maior sem financiamento sólido que permita ter equipas de trabalho com profissionais dedicados a projetos que têm que ter duração e consistência. Por fim, discutiu-se a relevância de indicadores de medição de impacto que fossem sensíveis ao processo e não apenas a resultados que muitas vezes são aferidos apenas pelo número de pessoas envolvidas, e menos pelos resultados efetivos, ou seja, os saberes que adquirem e, sobretudo, o que deles fazem no futuro.

Com todos os seus limites, as CCID na sua maioria eram de pequena ou média escala, apenas com a mobilização de recursos próprios dos contextos, nomeadamente das autarquias, escolas e instituições do ensino superior, a adesão ao desafio da INCoDe.2030 para se criarem CCID foi muito positiva. Da avaliação feita concluiu-se que vários fatores podem ter concorrido para um acolhimento de uma proposta desta natureza. Por um lado, o facto da equipa do Eixo Inclusão estar diretamente no terreno, com os contextos e as suas pessoas em todas as fases do processo, principalmente quando se estava ainda a perceber melhor como traduzir o conceito num projeto em ação; por outro lado, o envolvimento de uma federação de organizações e de pessoas em torno de um problema social reconhecido e haver espaço para diferentes perfis de participação e de compromisso parece ter sido um fator agregador.

Assim, esta experiência permitiu desenvolver de forma participativa seis modelos de CCID e um conjunto de instrumentos (de autodiagnóstico de competências digitais, levantamento de problemas e prioridades, de monitorização, avaliação e follow up), bem como desenhar um roteiro de criação e desenvolvimento de CCID em cinco fases (conhecer, preparar, ativar, colaborar, implementar) e guias de suporte à mentoria e assistência no trabalho com diferentes populações.

A experiência de colocar no terreno as CCID permitiu desenhar colaborativamente com as entidades no terreno, modelos que sendo sensíveis a contextos e populações específicas tinham potencial para poderem ser escalados e transferidos

com os ajustes necessários⁴. Os modelos são diferenciados de acordo com as populações, problemas, geografias e procuram assegurar que, em diferentes escalas, a população na sua diversidade e ocupando diferentes posições sociais e culturais, têm acesso a um conjunto de competências digitais que lhe permita comunicar, aceder e entender informação de forma crítica, beneficiando o mais possível das oportunidades e benefícios que o digital promete.

3. Modelo de trabalho e suas implicações teóricas e metodológicas: uma possível reflexão final

As ações para a inclusão digital implicam que se conheça bem a relação que as pessoas têm e desenvolvem com o mundo digital. Implica conhecer os mecanismos que podem levar as pessoas a apropriarem-se das tecnologias digitais, da internet, e a entenderem a pertinência em investirem e envolverem-se na aquisição de competências. Implica, igualmente, conhecer fatores promotores ou inibidores da adesão das pessoas ao digital, nomeadamente a desconfiança e a insegurança. O desafio tem sido o de criar condições para que populações que têm estado tradicionalmente mais arredadas dos benefícios do digital, nomeadamente porque não utilizam computadores ou a internet possam ter alguns conhecimentos e competências digitais. Melhor compreender o que leva grupos de pessoas a não utilizarem ferramentas digitais ou a internet permite identificar abordagens e organizar ações que melhor ajudem a promover o envolvimento dessas pessoas. Esta experiência deu a conhecer uma série de fatores que podem explicar o menor envolvimento ou interesse das pessoas pelo digital. A falta de motivação, que pode ser uma justificação de carácter

4 Durante 2019 num trabalho conjunto entre a INCoDe.2030 e o Ciência Viva foi elaborada uma proposta, envolvendo diversos contextos de todo o país, para dar escala às CCID e responder aos objetivos do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE-Portugal 2020) que não chegou a ser desenvolvida no terreno.

mais simplista, tem na sua raiz um conjunto de aspetos, como a falta de perceção das oportunidades e de vantagens associadas à utilização do digital, falta de interesse na internet ou falta de conhecimentos ou de apoio para conseguirem utilizar o digital ou o custo dos dispositivos.

Assim, a experiência das CCID mostrou a relevância de conhecer bem esta população, nomeadamente aquela a quem se dirige a ação, na medida em que variáveis como a idade, escolaridade, nível socioeconómico, entre outros, podem na sua interseccionalidade contribuir para a exclusão digital. Tendo em conta esta diversidade, estarão as tecnologias aparentemente acessíveis não significa que haja distribuição de oportunidades e equidade no acesso, na utilização e na apropriação para uma maior autonomia, empoderamento e cidadania. Ora, a cidadania digital não é sermos navegadores errantes (Melão, 2012). Tem que ser claro para as pessoas quais os benefícios da sua autonomia digital.

Como em qualquer iniciativa para a inclusão, as estratégias para inclusão digital não se podem circunscrever ao envolvimento apenas das populações já identificadas como estando numa situação de maior vulnerabilidade. Se se pretende uma mudança além do remediativo e do ortopédico pensa-se que resulta melhor com ações estruturais e em rede do que avulsas e pontuais; resulta mais com verdadeiras parcerias – cada entidade tem de facto um papel – do que com entidades isoladas, mais com o envolvimento das pessoas beneficiárias do que com intermediários.

Os contextos onde se desenvolveram as CCID e onde se desenvolvem qualquer tipo de projetos de inclusão não são recipientes passivos de propostas e podem ser promotores de resiliências coletivas. Este conceito, de resiliências coletivas, desenvolvido por Cocking, Sherriff, Aranda e Zee-man (2020) parece adequado neste contexto aqui em análise, na medida em que não remete para o nível do indivíduo toda a responsabilidade da mudança, mas reconhece as diferentes ecologias e estruturas em que as pessoas vivem. Assim, cada contexto apropria-se de uma proposta em aberto, configurando-a na medida em que integra nela propriedades locais, conhecendo de forma

até renovada as suas próprias realidades e, nesse alinhamento, tem disponível mais conhecimento para melhor avaliar e decidir sobre a pertinência das ações e metodologias para a inclusão.

A apropriação do conceito de CCID mostrou também que, tanto para as pessoas, como para as entidades locais envolvidas, adquirir competências digitais pode não ser um fim, mas um meio. Por exemplo, pode ser um pretexto para resolver questões de isolamento, para estimular o sentido da escola e promover o sucesso educativo, para fixar jovens à região, ou criar sentido de comunidade. Aliás, o impacto deste tipo de ações verificou-se não apenas ao nível dos indivíduos, mas também das comunidades e das entidades ativadoras, fossem elas autarquias, uma escola, ou uma instituição de ensino superior.

Por fim, o facto de este tipo de trabalho se dirigir a populações, que por motivos conjunturais ou estruturais, se encontram numa situação de vulnerabilidade não significa que o trabalho que se desenvolve ou propõe tenha que assentar em processos vulneráveis, ou seja, sem profissionais capacitados para este trabalho, com poucos meios e recursos. Um investimento sério é fundamental. Hoje que estamos num tempo de medição para identificar a eficácia e da eficiência de um projeto, ação, política ou iniciativa, a pergunta a fazer seria: O que ganha ou o que perde um Estado ao investir em projetos de inclusão digital de população, estruturalmente ou conjunturalmente, excluída dos benefícios de uma maior autonomia digital?

Um relatório francês, *Les bénéfiques d'une meilleure autonomie numérique* (Baena & Rachiq, 2018), reporta um estudo que procurou fazer uma estimativa dos benefícios e ganhos teóricos de uma estratégia para a inclusão digital. Demonstra, por exemplo, que a formação e o acompanhamento ao uso de ferramentas digitais contribuem para diminuir o risco de desemprego e aumentar as possibilidades de voltar a arranjar emprego. Estudos apontam também para uma relação entre o uso da internet e o sucesso escolar, podendo mesmo ter um efeito de correção das desigualdades sociais e económicas (Torres-Díaz et al., 2016; Ansari & Khan, 2020; Prieto-Latorre et al., 2022). Existem ganhos da materialização da inclusão

digital na relação das pessoas com os serviços públicos. Realizar uma série de atos administrativos online é uma fonte de poupança para a administração pública. A poupança de tempo para as próprias pessoas também se traduz em termos de ganhos.

As propriedades destes modelos, como os das CCID, não são tão marketizáveis como outros produtos ou pacotes prontos-a-usar: implicam meses de preparação e estudo dos contextos, identificar o melhor modelo e adaptar, auscultar a comunidade ou região à qual se destina. São exigentes de vagar e situados.

Num tempo em que se julga o funcionamento de práticas com base na evidência, esta experiência de desenvolvimento de projetos de inclusão digital de base comunitária demonstrou, com todos os seus limites – nomeadamente de recursos materiais e humanos e de escala – o impacto que podem ter abordagens que assentam em solidariedades locais em torno de uma intervenção significativa para promover um desenvolvimento autónomo da capacidade local para responder a desafios sociais. Este movimento é um movimento com solidariedades e políticas que demonstram que há formas de organização coletiva com fortes laços sociais a par da crescente digitalização.

Quando se referem as vantagens de projetos de base comunitária não significa isto que as ações se circunscrevam a pequenas escalas, mas que determinados “modelos” de trabalho sejam construídos a partir do chão antes de poderem ter uma escala maior. Também não se quer com isto significar que estes programas devam ser assumidos localmente sem respaldo político e financeiro.

Referências Bibliográficas

- Ansari, J.A.N., Khan, N.A. (2020). Exploring the role of social media in collaborative learning the new domain of learning. *Smart Learn. Environ.* 7, 9 <https://doi.org/10.1186/s40561-020-00118-7>
- Baena, A., & Rachiq, C. (2018). Les bénéfices d'une meilleure autonomie numérique. Rapport au secrétaire d'État auprès du Premier ministre, chargé du Numérique. France Stratégie. https://www.strategie.gouv.fr/sites/strategie.gouv.fr/files/atoms/files/fs-rapport-benefices_autonomie_numerique-12072018_0.pdf
- Biesta, G., Lawy, R., & Kelly, N. (2009). Understanding young people's citizenship learning in everyday life: The role of contexts, relationships and dispositions. *Education, Citizenship and Social Justice*, 4(1), 5–24. <https://doi.org/10.1177/1746197908099374>
- Cocking, C., Sherriff, N., Aranda, K., & Zeeman, L. (2020). Exploring young people's emotional well-being and resilience in educational contexts: A resilient space? *Health: An Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine*, 24(3), 241–258. <https://doi.org/10.1177/1363459318800162>
- Cotten, S., Schuster, A., & Seifert, A. (2022). Social media use and well-being among older adults. *Current Opinion in Psychology*, 45, 101293. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.12.005>
- Eshet-Alkalai, Y. (2004). Digital literacy: A conceptual framework for survival skills in the digital era. *Journal of Educational Multimedia and Hypermedia*, 13(1), 93–106.
- Genat, B. (2009). Building emergent situated knowledges in participatory action research. *Action-Research*, 7(1), 101–115. <https://doi.org/10.1177/1476750308099600>
- Grishchenko, N. (2020). The gap not only closes: Resistance and reverse shifts in the divide in Russia. *Telecommunications Policy*, 44(8), Article 102004. <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2020.10200>
- Groundwater-Smith, S., Dockett, S., & Bottrell, D. (2015). Participatory research with children and young people. SAGE.
- Helsper, E. (2017). A socio-digital ecology approach to understanding digital inequalities among young people. *Journal of Children and Media*, 11(2), 256–260. <https://doi.org/10.1080/17482798.2017.1306370>
- Melão, D. H. (2012). Nativos digitais ou navegadores errantes? Educação para os media e formação de Leitores. In J. Azevedo & M. Martins (eds.) *Atas 7.º congresso da SOPCOM. Meios culturais e indústrias criativas – os feitos e os desafios da globalização*. Porto: Universidade do Porto, 2971–2985. Disponível em http://sopcom2011.up.pt/media/SOPCOM_2011_Atas.pdf.
- Nguyen, M., Hunsaker, A., & Hargittai, E. (2022). Older adults' online social engagement and social capital: The moderating role of Internet skills. *Information, Communication & Society*, 25(7), 942–958. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2020.1804980>
- Pinheiro, A. Medeiros, P., & Cruz, M. (2020). Perspectives on digital inclusion: The participation of seniors in social networks. In A. İşman & M. Öztunç (Ed.), *INTE 2020, ISTE 2020, IETC 2020, ITICAM 2020, IWSC 2020 Proceedings book* (pp. 570–581). http://www.int-e.net/publication_folder/inte/inte-istec-iticam-ietc-iwsc-2020.pdf
- Prieto-Latorre, C., Lopez-Agudo, L. A., Luque, M., & Marcenaro-Gutierrez, O. D. (2022). The ideal use of the internet and academic success: Finding a balance between competences and knowledge using interval multiobjective programming. *Socio-Economic Planning Sciences*, 81, 101208. doi:<https://doi.org/10.1016/j.seps.2021.101208>
- Purcell, J. (2017). Community-engaged pedagogy in the virtual classroom: Integrating eService-learning into online

- leadership education. *Journal of Leadership Studies*, 11(1), 65-70. <https://doi.org/10.1002/jls.21515>
- Ragnedda, M., Ruiu, M., & Addeo, F. (2022). The self-reinforcing effect of digital and social exclusion: The inequality loop. *Telematics and Informatics*, 72, 101852. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2022.101852>
- Shah, R., Troester, J., Brooke, R., Gatti, L., Thomas, S., & Master-son, J. (2018). Fostering eABCD: Asset-based community development in service-learning. *Journal of Higher Education Outreach and Engagement*, 22(2), 189-222. <https://openjournals.libs.uga.edu/jheoe/article/view/1391>
- Silva, S. M. da (2018). O que pode uma comunidade criativa para a inclusão digital, *Revista TER ISAVE*, 33, abril-junho, 34-35. <https://www.isave.pt/isavenovo/images/revistas/isave-33.pdf>
- Stanton, C. (2014). Crossing methodological borders: Decolonizing community-based participatory research. *Qualitative Inquiry*, 20(5), 573-583. <https://doi.org/10.1177/1077800413505541>
- Torres-Díaz, J., Duart, J., Gómez-Alvarado, H., Marín-Gutiérrez, I., & Segarra-Faggioni, V. (2016). Internet use and academic success in university students. *Comunicar*, 48, 61-70. <https://doi.org/10.3916/C48-2016-06>
- van Deursen, A., & van Dijk, J. (2019). The first-level digital divide shifts from inequalities in physical access to inequalities in material access. *New Media and Society*, 21(2), 354-375. <https://doi.org/10.1177/1461444818797082>
- Biesta, G., Lawy, R., & Kelly, N. (2009). Understanding young people's citizenship learning in everyday life: The role of contexts, relationships and dispositions. *Education, Citizenship and Social Justice*, 4(1), 5-24. <https://doi.org/10.1177/1746197908099374>

Sofia Marques da Silva Professora Associada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro integrado do Centro de Investigação e de Intervenção Educativas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2688-1171>

Contacto: sofiamsilva@fpce.up.pt

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 12 de dezembro de 2023.



“SOU BAIRRISTA”: CRIAÇÃO DE VÍDEO-NARRATIVAS SOBRE E COM AS PESSOAS HABITANTES DO BAIRRO HERCULANO¹

Inês Santos Moura
Universidade do Porto / Universidade de Aveiro

Resumo

O presente artigo baseia-se numa pesquisa de dimensão antropológica, que mobilizou metodologias audiovisuais participativas, nomeadamente a foto elicitação e o vídeo participativo, como estratégias de produção de vídeo-narrativas, de pesquisa e análise do contexto social e habitacional da comunidade do Bairro Herculano, situada no Porto. O grupo participante desta investigação integrou dezanove moradoras e um morador, com idades compreendidas entre os 25 e os 81 anos, na sua generalidade, a residir no Bairro há mais de cinquenta anos. A conceção de narrativas audiovisuais constituiu uma oportunidade para a comunidade deste Bairro produzir autorrepresentações, e gerar espaço e significado para as vozes e experiências dos seus habitantes, trazendo as suas histórias a outras dimensões públicas (Hancox, 2017). O ato de narrar “é também discorrer sobre significados, analisar situações. Inversamente, discorrer sobre significados e analisar é também uma forma de narrar” (Barros, 2012, p. 8). As metodologias audiovisuais participativas possibilitam o estudo e a compreensão de lugares e realidades sociais diversas (Vailati & Godio, 2016). Por conseguinte, a participação das pessoas moradoras do Bairro Herculano, nas várias fases de desenvolvimento destas metodologias, permitiu a formação e agregação de perspetivas individuais e coletivas para a construção de vídeo-narrativas sobre o seu lugar e a sua comunidade.

Palavras-chave: metodologias audiovisuais participativas, vídeo-narrativas, Bairro Herculano

“SOU BAIRRISTA”: CREATION OF VIDEO-NARRATIVES ABOUT AND WITH THE RESIDENTS OF BAIRRO HERCULANO

Abstract

This article is based on an anthropological research, which mobilized participatory audiovisual methodologies, including photo elicitation and participatory video, as strategies for the production of video-narratives, research and analysis of the social and housing context of the community of Bairro Herculano, located in Porto. The participant group for this research included twenty residents, aged between 25 and 81 years old, living in the neighbourhood for over fifty years. The design of audiovisual narratives was an opportunity for the community of this neighbourhood to produce self-representations, and to generate space and meaning for the voices and experiences of its inhabitants, bringing their stories to other public dimensions (Hancox, 2017). The act of narrating “is also to discourse about meanings, to analyse situations. Conversely, to discourse on meanings and analyse is also a form of narrating” (Barros, 2012, p. 8). Participatory audiovisual methodologies enable the study and understanding of diverse places and social realities (Vailati & Godio, 2016). Therefore, the participation of the residents of Bairro Herculano, in the various stages of development of these methodologies, allowed the formation and aggregation of individual and collective perspectives for the construction of video narratives about their place and community.

Keywords: participatory audiovisual methodologies, video-narratives, Bairro Herculano

¹ Projeto de investigação de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT Ref: (SFRH/BD/131706/2017)

Introdução

O Bairro Herculano integra a história do espaço urbano da cidade do Porto desde finais do século XIX, altura da finalização da sua construção. É um espaço habitacional constituído por mais de cem casas, que tem permanecido e resistido no decorrer dos anos. Tendo em conta a sua morfologia, é entendido como uma ilha e está localizado na freguesia da Sé. Este espaço habitacional foi planeado para oferecer melhores condições de habitação para a classe operária (Teixeira, 2018).

O termo ilha é utilizado para descrever um conjunto de pequenas casas, que foram construídas para a classe trabalhadora, pessoas do Norte rural de Portugal que migraram para o centro da cidade do Porto para trabalhar na indústria nos últimos anos do século XIX, que subsistia com salários baixos.

As vídeo-narrativas desenvolvidas em colaboração com os habitantes do Bairro Herculano enquadraram-se num trabalho de pesquisa audiovisual participativo e antropológico. As pessoas habitantes do Bairro Herculano desempenharam um papel ativo e consentido em todas as fases do estudo, contribuindo com os seus materiais e perspetivas. A colaboração da comunidade envolveu a cedência de fotografias dos álbuns familiares dos participantes, um dos exemplos dessas imagens é a figura número um, que permitiu o aprofundamento do contexto social e histórico do Bairro.



Figura 1. A 5.^a rua do Bairro Herculano. Anos 60 do século XX. Fotografia do arquivo de Ofélia Nogueira.

Estas imagens, repletas de significados e memórias, foram fundamentais para a construção de narrativas representativas da comunidade. As pessoas moradoras partilharam os seus testemunhos, as suas experiências, visões e relações com o Bairro. Estes testemunhos e partilhas foram a base para a produção de um arquivo digital, que serviu como um recurso relevante para o desenvolvimento do Web documentário e consequente produção das vídeo-narrativas sobre o Bairro Herculano.

O estudo estabelece-se no campo da antropologia, considerando que, “qualquer filme é antropológico porque propõe dados sobre um contexto cultural e/ou sobre as dinâmicas que estão “por trás” da produção do filme” (Vailati, 2016, p. 56). As imagens são elementos importantes que marcam a sua presença em várias dimensões da vida quotidiana e também em áreas como a educação ou a informação (Campos, 2013). As imagens são um mote para a reflexão e através destas é possível a criação de “uma consciência da experiência de ver e compreender o mundo” (Amorim da Paz & Brandão, 2020, p. 5). Por conseguinte, a Antropologia pode ajudar a revelar o modo de observar a realidade e de a representar (Campos, 2012).

A construção coletiva de uma representação audiovisual de uma determinada comunidade, compõe-se por diferentes fragilidades que podem afetar o desenvolvimento de um autêntico e coerente trabalho teórico-prático de investigação colaborativo e participativo. Essas fragilidades poderão revelar-se na forma como essa representação e o respetivo trabalho de pesquisa é desenvolvido, como a situação de poder em que a pessoa investigadora poderá estar perante a comunidade. Esse poder poderá também estar representado através de recursos audiovisuais, como é o caso da câmara de filmar. Tal como explica Vailati (2016), “se, por um lado, essa ferramenta tem o efeito de fornecer um meio para visibilizar as condições dos grupos sociais subalternos e as lutas deles; por outro, muitas vezes impõe um particular padrão na construção das representações” (Vailati, 2016, p. 65).

Tendo consciência dessa posição de poder, vários cineastas, antropólogos e etnógrafos procuraram e procuram formas de trabalho e realização dos seus filmes e investigações com os diferentes grupos de

estudo, para atenuar e anular esse papel de provável dominância. Com isso, “o antropólogo redefine a ideia de reciprocidade que, em contextos de desigualdades sociais, precisa incluir os excluídos e desapropriar os poderosos do poder de intervenção e do controle sobre a imagem deles” (Vailati & Godio, 2016, p. 18).

Metodologias audiovisuais participativas

As reflexões sobre o papel da investigadora na relação com a comunidade do Bairro Herculano e no processo de desenvolvimento de uma pesquisa participativa, enquadram-se no conceito de sócio-montagem. Este conceito opera sobre três dimensões estéticas e analíticas. Numa primeira dimensão, os sujeitos são vistos e tratados como personagens performativas, capazes de participar no âmbito da sua própria narrativa. Na segunda dimensão, os contextos são os cenários que atuam em continuidade ou não continuidade com as performances. Por último, os discursos das personagens são como uma projeção de um guião social e coletivo (Godio, 2016, p. 37). Com isto, “o etnógrafo-cineasta — vai desenvolvendo novas posições, perspectivas e novos discursos, adquirindo certo senso de previsibilidade textual de cenários possíveis.” (Godio, 2007, p. 12). Existe um olhar que o cineasta cria e “pelo outro, uma auto mise en scène que vem do habitus e passa pelo corpo, pelas palavras e pelos gestos dos sujeitos filmados, exigindo deles o ajustamento à operação cinematográfica” (Godio, 2007, p. 12).

Na investigação desenvolvida, os sujeitos protagonistas foram os habitantes do Bairro Herculano, os contextos filmados centraram-se no Bairro e a área envolvente e os discursos manifestaram-se através da expressão das ideias, experiências e pensamentos dos residentes da comunidade sobre vários assuntos. As metodologias audiovisuais participativas adotadas na pesquisa apresentada foram o vídeo participativo, a foto elicitação e o cinema de observação, para auxiliarem o desenvolvimento de formas de trabalho colaborativo e participativo, em que essa relação de poder pudesse ser diminuída ou até mesmo deixar de existir na

relação de pesquisa entre a investigadora e os habitantes do Bairro Herculano. A figura número dois apresenta como foi realizada a articulação entre os vários métodos e metodologias participativas e como foram utilizadas na pesquisa com os habitantes do Bairro Herculano. A figura número dois ilustra a interligação entre os diversos métodos e metodologias audiovisuais participativas utilizadas no Bairro Herculano, destacando a forma como estas se complementam e convergem para facilitar a expressão e a cocriação de narrativas pelos residentes. O esquema visual apresentado desdobra-se da seguinte forma: com o intuito de aprofundar o processo de escuta dos residentes do Bairro Herculano e de avaliar a sua predisposição para a colaboração em grupo e para o uso de tecnologias digitais, procedeu-se à recolha dos tópicos de investigação mediante a aplicação de quatro inquéritos online. A interação com estes instrumentos de recolha de dados era possibilitada por dispositivos móveis através da leitura de códigos QR, que foram afixados em três locais preponderantes da via principal do Bairro. O Vídeo Participativo, por sua vez, permitiu documentar as experiências diárias e perspectivas sobre o Bairro. O método da Foto Elicitação, utilizada como ferramenta para incitar discussões e reflexões, incentivou os habitantes a selecionar imagens sobre aquele espaço e a discutir as histórias e memórias coletivas associadas ao Bairro. Por último, o Cinema de Observação, que foi aplicado para capturar momentos espontâneos e quotidianos no Bairro, proporcionou uma camada adicional de narrativa visual.

Considerou-se ser importante realizar um trabalho inicial de escuta com as pessoas moradoras do Bairro que estivessem disponíveis em colaborar na presente pesquisa. Essa escuta foi concretizada através de conversas e entrevistas exploratórias com algumas das pessoas moradoras, para assim identificar quais os assuntos que seriam mais relevantes a serem retratados e analisados no presente estudo e que se relacionavam com a vida no Bairro Herculano.

No decorrer da investigação foram recolhidos e utilizados alguns materiais, como fotografias (resultantes da foto elicitação), e foram criados conteúdos audiovisuais, através das entrevistas, do

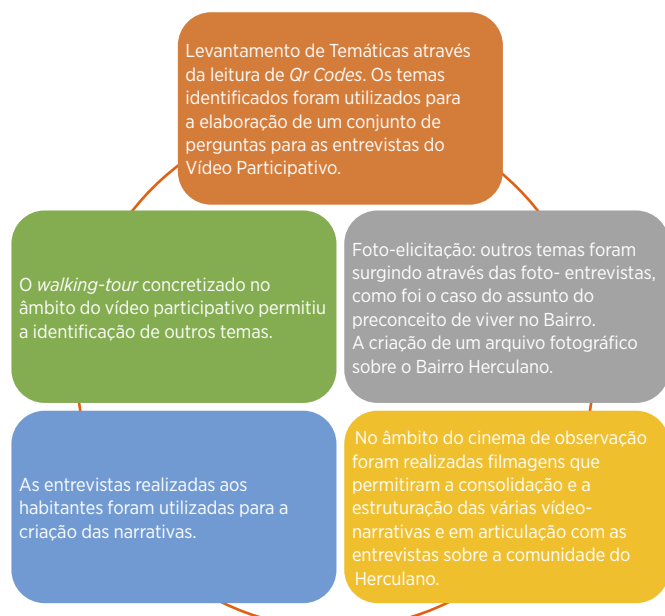


Figura 2. A interligação dos vários métodos e metodologias participativas sobre a pesquisa de doutoramento desenvolvida no Bairro Herculano.

vídeo participativo e de interações entre a investigadora e o grupo participante da comunidade do Herculano. No caso da foto elicitação, as pessoas moradoras do Bairro tiveram a oportunidade de participar através da seleção e cedência de fotografias, sugerindo outros habitantes para participarem nesse processo, da partilha de histórias, experiências e reflexões sobre a sua comunidade e da construção coletiva de um arquivo fotográfico sobre o Bairro Herculano. Nesse processo de trabalho colaborativo e participativo foram desenvolvidas seis foto-entrevistas, como é o caso da que foi realizada com a moradora Cristina Vidrigo. No momento da fotografia falada, esta habitante selecionou uma situação captada em 2004, como é apresentado na figura número três: “Foi no ano (...) do Europeu [Campeonato Europeu de Futebol] que foi aqui em Portugal. Nós enfeitámos o Bairro muito bonito. A minha amiga Patrícia estava desde o primeiro jogo até ao fim sempre vestida de Portugal. Eu e a minha sobrinha Natacha só decidimos vestir-nos no último jogo que perdemos” (Cristina Vidrigo, 4 de março de 2020).



Figura 3. Patrícia, Natacha e Cristina na rua central do Bairro. Ano: 2004, sem identificação de autoria. Do arquivo de Cristina Vidrigo.

Quando questionada sobre a escolha desta fotografia, Cristina comenta que “(...) esta foto diz-me, porque são aqui as minhas raízes. Eu nasci e fui criada na casa onde (...) me está a entrevistar, vivi aqui bons momentos. Éramos uma família, hoje em dia não podemos dizer isso.” (4 de março de 2020). A conversa sobre a fotografia apresentada também despoletou algumas memórias de infância:

Cristina Vidrigo - (...) eu andava a brincar quando o Bairro não tinha luz. A geração da minha sobrinha e da Patrícia já tiveram luz sempre, mas eu ainda sou da geração que não havia luz. E brincávamos à noite, as portas abertas. (...) podíamos dizer que aqui era uma família. (...) A família da parte do meu pai foi casando e ficando por aqui, as minhas tias (...) viviam na parte de baixo.” (4 de março de 2020).

O vídeo participativo permitiu também outras formas de participação e envolvimento das pessoas moradoras neste processo de pesquisa, como a possibilidade de sugerirem o que filmar e quem entrevistar, de gerarem sugestões sobre as narrativas desenvolvidas e através igualmente da partilha de testemunhos sobre a realidade da sua comunidade.

Tendo em conta os diferentes conteúdos audiovisuais produzidos, como entrevistas e o vídeo participativo, foram concebidas nove vídeo-narrativas para a cocriação de um Web documentário sobre o Bairro Herculano. As histórias foram

criadas e organizadas considerando uma estrutura narrativa que procurou contar e representar o passado, o presente e refletir sobre as possibilidades de futuro da comunidade do Herculanu. De modo não linear procuraram-se histórias e reflexões sobre o tempo passado, presente e futuro do Bairro, como era viver nesse espaço há trinta anos e as diferenças que existem em habitar esse lugar no presente. As narrativas foram estruturadas a partir do desenvolvimento que as várias temáticas tiveram nos momentos de conversa e pesquisa, como foram as partilhas realizadas na fotografia falada e nas entrevistas com o grupo participante.

As vídeo-narrativas produzidas assumem-se como retalhos de histórias e vivências desta comunidade, que procuram cocriar um retrato e uma autorrepresentação audiovisual dos testemunhos e das experiências vividas nesse lugar e em relação com a sua comunidade. A tabela número um apresenta os títulos e a respetiva organização das vídeo narrativas.

Tabela 1 – Títulos das vídeo-narrativas desenvolvidas com o grupo participante.

Passado	Presente	Futuro
- “Uma união de toda a gente” - “Nós aqui dentro tínhamos tudo” - “Brincávamos na rua”	- “Gosto do Bairro” - “Sou Bairrista” - “Uma aldeia” - “Isso é “Coffee”?” - “Aquela festa que faz parte de nós”	- “O mundo está cheio de promessas”
Ligação de acesso para o visionamento das vídeo-narrativas: http://bairroherculano.com/narrativas.html		

O processo de escuta e desenvolvimento de um trabalho participativo com o Bairro Herculanu permitiram reflexões sobre o que as narrativas desenvolvidas por estes habitantes expõem sobre a sua comunidade e o que trouxeram sobre si ao discurso público. Nesta sequência, apresentam-se cinco narrativas gerais, tal como revela a tabela número dois. As narrativas tratam de temas como a melhoria das condições de habitação, instalação da iluminação pública, laços sociais, e preconceitos associados ao espaço habitacional no bairro. As histórias das pessoas moradoras revelam a importância do espaço habitacional para a identidade e experiência comunitária, destacando mudanças e desafios enfrentados pela comunidade.

Tabela 2 – Narrativas desenvolvidas pelas pessoas residentes.

Narrativas desenvolvidas pelos habitantes que participaram na pesquisa	
De ação individual	As narrativas de ação individual centram-se nas histórias e reflexões que foram reveladas pelo grupo participante sobre o melhoramento de algumas das condições de habitação, através de obras de requalificação do seu espaço habitacional. Algumas das pessoas habitantes tiveram a oportunidade de comprar a sua habitação e realizar obras nesta e também os moradores arrendatários conseguiram realizar pequenas obras de requalificação. No entanto, outras pessoas residentes que não conseguiram fazer esse investimento vivem de forma precária, sem acesso a boas condições de higiene e salubridade.
De ação coletiva	A instalação da iluminação pública no Bairro Herculanu é um exemplo das narrativas de ação coletiva que foram trazidas pelas pessoas moradoras da comunidade. Algumas histórias emergiram sobre como a comunidade do Bairro se organizou para a implementação da iluminação pública, sobre o medo que o espaço público sem luz provocava às pessoas da comunidade e sobre também como esse foi um momento de celebração e festa.
Sobre a comunidade	As reflexões sobre os laços sociais e as relações de vizinhança na comunidade do Bairro Herculanu encorajaram à partilha de histórias sobre a existência de menos crianças no Bairro e aos poucos momentos de socialização no espaço público. Estimulando a atenção para a falta de visibilidade que esta comunidade tem perante os agentes administrativos locais, o preconceito existente associado a este tipo de habitação e a recetividade da comunidade a outros elementos exteriores, como é o caso dos turistas, e as relações com estes.
Sobre problemas que persistem no tempo	Algumas histórias surgiram sobre os aspetos menos positivos que persistem e afetam a vivência das pessoas habitantes do Bairro Herculanu, como são os casos, das quedas na rua principal do Bairro devido ao mau estado do piso e os problemas no sistema de saneamento e águas públicas da comunidade.
Sobre perspetivas futuras	De um modo geral, existe o reconhecimento das mudanças que o Bairro Herculanu tem experienciado nos últimos anos, tanto ao nível do edificado, como também das mudanças na comunidade. Um exemplo disso é a presença de novos elementos e o desaparecimento de pessoas pertencentes às gerações mais velhas da comunidade. A comunidade do Bairro Herculanu perspetiva-se num futuro próximo e daí advêm reflexões e histórias sobre como esse espaço e as pessoas que nele habitam se apresentarão numa realidade vindoura.

A relação das pessoas moradoras do Bairro Herculanu com o seu espaço habitacional

O espaço está presente nas vídeo-narrativas que o grupo de habitantes desenvolveu e surge de diversas formas, através da reflexão sobre a importância que tem para estas pessoas moradoras habitar esse lugar, o cuidado geral, existe com o espaço público, as transformações que o alojamento local tem realizado no edificado do Bairro e na dinâmica social e o preconceito associado a quem vive nesse local.

O tema do preconceito surgiu a partir de uma entrevista realizada com uma das moradoras, quando se conversava sobre como era e é viver no Bairro Herculano. Com vista a compreender como a comunidade do Herculano vive ou se alguma vez experienciou esse preconceito, pensou-se ser importante e pertinente o tratamento desta temática junto de outras pessoas habitantes. As pessoas moradoras foram questionadas sobre se sentiram alguma vez algum tipo de preconceito por residirem no Bairro Herculano e, nesse sentido, é possível afirmar que duas perspetivas surgiram sobre esta temática. A primeira reflexão mostra que algumas das moradoras afirmam nunca terem sentido qualquer tipo de constrangimento ou ocultado onde viviam aos seus colegas de trabalho e/ou amigos. Revelando também algum orgulho de serem do Bairro. Esta primeira análise manifesta que o olhar sobre esta temática foi direcionado para a forma como estas moradoras observam o espaço onde vivem.

Deste modo, algumas histórias foram contadas com o objetivo de reforçar esse sentimento de orgulho. Como foi o caso de Ofélia Nogueira, que explica: “não tenho preconceito nenhum de viver aqui no bairro. Estudei, as minhas colegas vinham cá todas. Eu nunca conheci a casa de nenhuma, mas elas conheceram a minha. Depois a minha mãe também era modista, depois gostavam das coisinhas. A tua mãe faz, depois vem vestir (...) vem não sei quê e eu não conheci casa de ninguém, mas elas conheceram a minha, por isso, nunca tive problema de dizer que morava no Bairro.” (25 de outubro de 2018).

A história que Ofélia recorda expressa o modo como a comunidade era recetiva em receber outras pessoas que não habitavam nesse espaço e o quanto sentia orgulho em apresentar a sua casa a outros. Era também uma forma de mostrar que o seu espaço era digno tanto quanto outros locais da cidade. No passado, esta moradora também explica que teve conhecimento de algumas pessoas que não colocavam a morada do Bairro Herculano nos seus currículos. Por pensarem que poderiam ser discriminados, optavam por fornecer a morada, por exemplo, da rua principal – a Rua Alexandre Herculano. Ofélia Nogueira comenta

que “para mim não foi um entrave, mas eu sei (...) que há pessoas para concorrerem a certas coisas não podem pôr, agora acho que já não é, que moravam no Bairro. (...) a designação de Bairro muitas vezes é preconceituosa em certos trabalhos. As pessoas normalmente omitiam a morada delas e davam outras moradas para terem acesso a empregos (...) só a palavra Bairro, às vezes é um bocadinho... agora acho que já passou essa fase.” (25 de outubro de 2018).

A moradora Cristina Vidrago explica que nunca mentiu sobre onde morava aos colegas de trabalho e à entidade empregadora, e o seu testemunho revela a noção de importância ou menos relevância que determinadas zonas da cidade têm: “eu estou há dezasseis anos como empregada doméstica, mas já trabalhei na pizzaria quatro estações. (...) Foi o emprego que eu mais adorei, foi o emprego que eu me senti realizada. Eles vinham-me trazer aqui e nunca escondi. Nem nunca disse que morava na Foz e vivia aqui no Bairro Herculano” (4 de março 2020).

No âmbito das foto-entrevistas e no respetivo contexto de conversa e reflexão, algumas das moradoras exibem também o orgulho em pertencerem e de terem nascido no Bairro Herculano, como é o caso de Paty Ribeiro: “(...) nunca houve preconceito. Aliás, ainda hoje tenho bastante orgulho de dizer que sou daqui, porque isto é o que eu sou (...) é o que faz parte de mim. E aquilo que eu sou hoje reflete (...) aquilo que eu vivi aqui, quando era miúda.” (4 de março 2020).

A moradora Júlia Pastor comenta também que “(...) trabalho na Liga [Portuguesa contra o Cancro], disse a toda a gente, digo às minhas voluntárias que são VIPS, julgam que são VIPS, e ficam escandalizadas, mas eu digo moro no meu Bairro. Adoro o meu Bairro. Também não tenho para onde ir. É o meu Bairro, (...) gosto de viver aqui (...). Não vou dizer que moro ali na Batalha e moro aqui no Bairro Herculano. É Bairro, é Bairro.” (26 de outubro de 2019).

Os testemunhos de mais habitantes encaminham uma segunda perspetiva, que está relacionada com os outros, como as pessoas que não pertencem a esse lugar observam o Bairro Herculano. Algumas das pessoas residentes, explicam que a

palavra Bairro está associada a alguma forma de preconceito e quando afirmam serem desse lugar expressam que existe um imaginário inadequado sobre esse.

Eva Vasquez - “(...) Às vezes eu digo que vivo num Bairro (...) e as pessoas dizem, “Em que Bairro vives? Não conheço.” (...) quando passam e vêem dizem: “que giro aquelas “ilhinhas”. Eu acho piada a essa definição que eles têm das “ilhinhas” (...) Se calhar, o ambiente que podem achar que é um Bairro que dá medo de entrar (...). Hoje em dia, acho que as pessoas ainda têm, se calhar, um bocadinho esse preconceito. (...) porque (...) têm a ideia disto também como um Bairro camarário onde tudo vem aqui parar, (...), mas eu acho que existe ainda esse preconceito.” (2 de novembro de 2019).

Sandra Alves - “Eu não tenho vergonha de dizer que moro num Bairro, eu sou bairrista ao fim e ao cabo, não é? (...) Só que o conceito de Bairro visto por muita gente, não é bem visto. (...) eu acho que até moro num Bairro que, realmente, é digno de ser visitado e visto.” (2 de novembro de 2019).

Hermínio Silva - “(...) a maior parte das pessoas de fora quando dizemos que se mora num Bairro associam logo a vandalismo, a droga, a pessoas com outro nível mais baixo, mas não é isso que acontece aqui.” (4 de novembro de 2019).

O grupo participante foi também questionado sobre se apreciavam viver no Bairro e quais eram os pontos mais positivos dessa vivência. No geral, todos afirmaram gostar de viver nesse espaço. Apenas uma das entrevistadas referiu que gostaria de mudar para outro lugar, explicando que, neste momento, não tem boas condições de habitação.

Susana Santos - “(...) não tenho ideias de continuar aqui a viver por muito tempo, não por o Bairro em si (...), mas (...) pelas condições. (...) eu tenho um filho pequenino e tenho a minha avó. (...) não tenho muitas condições. Mas claro que eu fui fazendo algumas coisas para adaptar, mas é uma casa pequenina, mas

aqui a maioria delas aqui são pequeninas, não tem assim casas muito grandes e espaçosas (...).” (22 de outubro de 2018)

Os outros moradores evidenciaram como fatores positivos, as pessoas, o ambiente calmo e a localização central do Bairro. De um modo geral, as reflexões das pessoas moradoras reafirmam o orgulho identitário e a resistência ao estigma, refletindo uma identidade comunitária robusta e uma perceção positiva do Bairro, que subverte qualquer noção depreciativa. No entanto, outros testemunhos trazem à luz a persistência de perceções estereotipadas relacionadas com a denominação ‘Bairro’, manifestando um imaginário social ainda marcado por preconceitos. Embora a maioria dos residentes manifeste uma experiência positiva, o relato de uma das moradoras, destaca as condições habitacionais como um fator limitativo, evidenciando a diversidade de vivências e aspirações no seio da comunidade.

A análise discursiva reflete uma dicotomia entre a identificação com o bairro e a experiência de estigmatização, ilustrando a dualidade das narrativas dos residentes do Bairro Herculano e as múltiplas camadas de significado que atravessam o discurso habitacional urbano.

Parte superior do formulário Parte inferior do formulário

Reflexões Finais

Nesta investigação foram proporcionados momentos de escuta para uma melhor adaptação e seleção das metodologias participativas a implementar. Esses ajustes facilitaram formas de envolvimento e participação das pessoas moradoras no desenvolvimento dos processos de trabalho, na produção e escolha de conteúdos multimédia.

Deste modo, foi desenvolvido um trabalho de cocriação mediado pela e com a comunidade na produção de narrativas e na sua representação audiovisual. O grupo de pessoas habitantes teve a oportunidade de ser um agente produtor e protagonista da representação, construção, geração de conhecimento da sua realidade. O trabalho

colaborativo, participativo e de implementação das metodologias audiovisuais participativas, produziram diversas narrativas e olhares onde foram evocadas experiências e vivências na comunidade do Herculano pelo grupo participante. As produções das narrativas audiovisuais sobre a comunidade do Bairro Herculano permitiram a coprodução de conhecimento através da reflexão sobre as fotografias, os vídeos e as entrevistas em análise. Os materiais audiovisuais recolhidos e produzidos, as entrevistas realizadas a partir de metodologias participativas proporcionaram a composição de um “puzzle” narrativo sob uma estrutura diegética baseada no passado, presente e futuro dos membros desta comunidade. O “puzzle narrativo” coconstruído apresenta o Bairro Herculano e o grupo participante tendo em consideração as diferentes memórias e perspetivas das pessoas envolvidas.

Inês Santos Moura Doutorada em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade de Aveiro e Universidade do Porto, é cineasta, fotógrafa e designer de comunicação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3213-0603>
Contacto: inessantasmoura@gmail.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 18 de dezembro de 2023.

Referências Bibliográficas

- Amorim da Paz, A. C., & Amarante Brandão, D. (2020). O fazer antropológico, a produção visual e as experiências da cidade. *Equatorial*. – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 7 (13) 1-12.
- Barros, J. D. (2012). Tempo e Narrativa em Paul Ricouer: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Revista de História e Estudos Culturais*, 9 (1), 1-27.
- Campos, R. (2012). A cultura visual e o olhar antropológico. *Visualidades*, 10, 17-37.
- Campos, R. (2013). Introdução à Cultura Visual. *Abordagens e Metodologias em Ciências Sociais*. Editora Mundos Sociais.
- Godio, M. (2007). As consequências da visão: notas para uma sócio-montagem etnográfica. *Revista Antropologia em Primeira Mão* (83), 1-31.
- Godio, M. (2016). El poder y la mirada en la experiencia audiovisual. In A. Vailati, M. Godio, & C. Rial, *Antropologia Audiovisual na Prática* (pp. 25-52). Cultura e Barbárie.
- Hancox, D. (2017). Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies, 23, 49-60.
- Teixeira, M. C. (2018). Habitação popular na cidade oitocentista – As “Ilhas” do Porto, 2.ª edição. Edições Afrontamento, Lda.
- Vailati, A. (2016). O Documentário Social. In A. Vailati, M. Godio, & C. Rial, *Antropologia Audiovisual na prática* (pp. 53-80). Cultura e Barbárie.
- Vailati, A., & Godio, M. (2016). Introdução. In V. Alex, M. Godio, & C. Rial, *Antropologia Audiovisual na Prática* (pp. 9-24). Cultura e Barbárie.

Visando concretizar o valor da ciência e maximizar o seu impacto, os **Cadernos IS-UP** têm como objetivo estabelecer uma ponte entre a universidade e a sociedade, a ciência e a prática ou, ainda, entre a investigação e a intervenção social.

Aiming to realise the value of science and maximize its impact, **Cadernos IS-UP** seek to establish a bridge between university and society, science and practice, or even between research and social intervention.